

# ANAIIS 2025



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Professor Mello Cançado

---

M149

Mostra de monografias da Faculdade Católica de Pará de Minas 2025.

Anais da mostra de monografias da Faculdade Católica de Pará de Minas,  
07 a 09 de julho de 2025 e 16 a 18 de dezembro de 2025 / Organizador  
Reinaldo Rícharði Oliveira Galvão. -- Pará de Minas: FAPAM, 2026.

78 p.

Vários autores.

Vários colaboradores.

1. Monografias. 2. Trabalho de conclusão de curso. 3. Direito. 4.  
Enfermagem. 5. Psicologia. I. Título

CDD:001.42

CDU: 003.6

## **CONFRARIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE PARÁ DE MINAS**

---

### **DIRETORIA DA CONFRARIA – MANTENEDORA (2026 – 2028)**

Rua Ricardo Marinho, 110  
Bairro São Geraldo  
35660-398  
Pará De Minas – MG  
(37) 3237-2000

### **FACULDADE CATÓLICA DE PARÁ DE MINAS – MANTIDA (2026 - ATUAL)**

Rua Ricardo Marinho, 110  
Bairro São Geraldo  
35660-398  
Pará De Minas – MG  
(37) 3237-2000

**DIRETOR ESPIRITUAL**  
REVMO. PE Emerson José da Cunha  
**PRESIDENTE**  
Neimar Paulo da Silva  
**VICE-PRESIDENTE**  
Clarice Aparecida Camargos de Oliveira  
**PRIMEIRA SECRETÁRIA**  
Marli Soares Santos Sousa  
**SEGUNDA SECRETÁRIA**  
Regina Maria Mendonça Álvares Medeiros  
**PRIMEIRA TESOUREIRA**  
Clarice Aparecida Camargos de Oliveira  
**SEGUNDO TESOUREIRO**  
PE Alex Cristiano dos Santos

**DIRETOR GERAL**  
Esp. João Paulo Corradi Vasconcelos  
**CONSELHO SUPERIOR (CONSUPE)**  
Esp. João Paulo Corradi Vasconcelos  
**CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E  
EXTENSÃO (CONSEPE)**  
Esp. João Paulo Corradi Vasconcelos  
**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)**  
Prof. Dr. Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa  
Morais – Coordenador  
**CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E  
EXTENSÃO (CEPE)**  
Prof. Msc. Reinaldo Rícharði de Oliveira Galvão –  
Coordenador

## PREFÁCIO

A ciência é, por natureza, um rio contínuo. Ela não se encerra em si mesma, mas flui através das gerações, transformando-se e moldando as margens da sociedade por onde passa. Ao apresentar os *Anais 2025* da Faculdade Católica de Pará de Minas, sinto-me diante de um marco que transcende a mera compilação acadêmica. Este volume não representa apenas o esforço de um ano letivo, mas o amadurecimento de um ciclo de oito anos de dedicação à pesquisa e à extensão, um período em que vi sementes serem plantadas e, agora, colhidas em forma de conhecimento robusto e socialmente engajado.

Nesta edição, somos convidados a refletir sobre a complexidade da condição humana e as estruturas que a sustentam. Os trabalhos aqui reunidos dialogam profundamente com o espírito do nosso tempo, onde a tecnologia, a justiça e o cuidado se entrelaçam.

No campo do Direito, os acadêmicos nos provocam a olhar para as novas fronteiras da convivência social. Vemos a urgência em debater a "uberização" e as novas configurações de trabalho, bem como os desafios impostos pela era digital, onde "*deepfakes*" se tornam armas e o consumidor digital se vê vulnerável. Ao mesmo tempo, a busca perene por dignidade ecoa nas pesquisas sobre o encarceramento feminino, o racismo religioso e a justiça social, lembrando-nos que a lei deve ser, antes de tudo, um instrumento de humanização.

A psicologia, por sua vez, nos convida a mergulhar nas angústias e esperanças contemporâneas. Em um mundo mediado por pixels, a discussão sobre o "uso excessivo de telas" e seus impactos na subjetividade se faz vital. Os trabalhos abordam desde o vazio de quando "trabalho perde o sentido" até as complexidades do comportamento suicida e da medicalização do mal-estar. Há, contudo, uma luz de resiliência nas pesquisas sobre a reinserção social e a liberdade, mostrando que a escuta atenta continua sendo a ferramenta mais poderosa de transformação.

E, entrelaçando o tecido social com o cuidado biológico, a enfermagem reafirma seu compromisso com a vida. As pesquisas sobre a dengue, a saúde da mulher no combate ao câncer de colo do útero e a assistência em urgências nos recordam da fragilidade do corpo e da nobreza do cuidar. É a ciência tocando a pele, salvando vidas e educando para a saúde.

Ao folhear estas páginas, percebo que a missão de um coordenador se assemelha à de um jardineiro: preparar o solo, garantir a nutrição, mas saber que o florescer pertence à planta. Ao longo destes oito anos, meu papel foi garantir que este solo fosse fértil. Agora, ao contemplar a robustez

destes trabalhos, sinto a tranquilidade de quem vê a colheita pronta e o campo preparado para novas estações.

A pesquisa é um bastão que se passa adiante. Que estes *Anais 2025* sirvam não apenas como registro do que foi feito, mas como inspiração para os novos pesquisadores que virão. Os ciclos se renovam, as lideranças se transformam, mas o compromisso com a verdade científica e com a ética permanece inalterado.

A todos os autores e orientadores, meu profundo agradecimento e respeito. O futuro da ciência está em boas mãos.

Boa leitura.

Prof. Reinaldo Rícharði Oliveira Galvão, MSC.

**Coordenador do Centro de Pesquisa e Extensão**

**Editor do Comitê Editorial**

Faculdade Católica de Pará de Minas - 2025.

## SUMÁRIO

<b>DIREITO - 1º. SEMESTRE DE 2025</b> .....	11
INFLUÊNCIA QUE VICIA: A RESPONSABILIDADE CIVIL DE INFLUENCIADORES NA EPIDEMIA DAS CASAS DE APOSTA NO BRASIL .....	12
<b>DIREITO - 2º. SEMESTRE DE 2025</b> .....	13
A PARENTALIDADE POST MORTEM E A PATERNIDADE SOCIOAFETIVA: IMPLICAÇÕES JURÍDICAS PARA FILHOS E O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS SUCESSÓRIOS .....	14
O PAPEL E AS RESPONSABILIDADES DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO NOS TERMOS DA LEI N° 14.133/2021 .....	15
ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO PRAZO DA INTERNAÇÃO SOCIOEDUCATIVA NO CONTEXTO DA REABILITAÇÃO E A GARANTIA DE DIREITOS .....	16
A JUSTIÇA SOCIAL E OS DIREITOS HUMANOS NA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL PARA GUARDAS MUNICIPAIS .....	17
RESPONSABILIDADE CIVIL E CRITÉRIO DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO COM PERDA DE MEMBRO.....	18
O TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS E SUAS CONEXÕES TRANSNACIONAIS .....	19
A COMPETÊNCIA COMPARTILHADA NA REFORMA TRIBUTÁRIA: IMPACTOS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS NO FEDERALISMO BRASILEIRO .....	20
A EXPLORAÇÃO DO TURISMO SEXUAL INFANTIL NO BRASIL: LIMITES DA INTERVENÇÃO PENAL .....	21
RESPONSABILIDADE PENAL NA FÓRMULA 1: A ANÁLISE COMPARATIVA DO CASO AYRTON SENNA E SUA APLICABILIDADE AO CONTEXTO PENAL BRASILEIRO....	22
A LEGITIMIDADE ATIVA DO CIDADÃO PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA .....	23
A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO .....	24
A FLEXIBILIDADE DA JORNADA E O IMPACTO NAS FAMÍLIAS: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL E DE SEUS EFEITOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES NO BRASIL.....	25

O TRABALHO INTERMITENTE E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS.....	26
LICENÇA-MATERNIDADE DE MÃES DE BEBÊS PREMATUROS: A EFETIVIDADE E A FINALIDADE DO DIREITO, BASEADO NA REALIDADE DAS MÃES.....	27
LAVAGEM DE DINHEIRO: AS TRÊS FASES PARA OBTER DINHEIRO DE FORMA ILÍCITA E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO COMBATE.....	28
ANALISE DO ENCARCERAMENTO FEMININO: ABANDONO FAMILIAR DAS MULHERES PRESAS E SEUS IMPACTOS.....	29
A VISÃO SOCIAL DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO CONTEXTO DA PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS E A JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	30
A UBERIZAÇÃO E A NOVA CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: ANÁLISE DAS DIVERGÊNCIAS ENTRE O TST E O STF EM 2025.....	31
ABANDONO AFETIVO INVERSO E A (IM)POSSIBILIDADE DE DESERDAÇÃO.....	32
A VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR DIGITAL.....	33
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR OMISSÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS.....	34
SÚMULA 377 DO STF: SEUS EFEITOS E AFASTAMENTO ATRAVÉS DO PACTO ANTINUPCIAL.....	35
ANÁLISE DAS RAZÕES DA COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA JULGAR OS ENVOLVIDOS EM 08/01.....	36
ESTUDO SOBRE A JORNADA 6 X 1: UMA ANÁLISE SOBRE O DIREITO AO DESCANSO E OS REFLEXOS NA PRODUTIVIDADE LABORAL.....	37
O DIREITO FUNDAMENTAL AOS ALIMENTOS: A EFETIVIDADE DOS ALIMENTOS GRAVÍDICOS NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E OS DESAFIOS NA GARANTIA DOS DIREITOS DO NASCITURO E DA GESTANTE NO SÉCULO XXI.....	38
AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA A CASAS HOMOAFETIVOS DO SEXO MASCULINO, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DE PROTEÇÃO.....	39
OS IMPACTOS DA LEI DO PROCESSO ELETRÔNICO NOS JUIZADOS ESPECIAIS: A UTILIZAÇÃO DO WHATSAPP NA EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL.....	40

GAROTAS DO JOB: A COMERCIALIZAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO E OS DESAFIOS NA FILIAÇÃO E SUCESSÃO DE POSSÍVEIS FILHOS .....	41
A NATUREZA JURÍDICA DO COMITÊ GESTOR SOB A PERSPECTIVA DA REFORMA TRIBUTÁRIA: PROPOSIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS SEGUNDO O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO .....	42
A CONCILIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL NOS POSTOS DE ATENDIMENTO PRÉ-PROCESSUAL (PAPRE) COMO FERRAMENTA PARA A PACIFICAÇÃO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE PROJETOS RECENTES EM PARCERIA COM FACULDADES, TRIBUNAIS E MUNICÍPIOS.....	43
TRABALHO INFANTIL: UMA ANÁLISE SOBRE O ECA E A REALIDADE BRASILEIRA .....	44
A CULTURA DO ENCARCERAMENTO EM MASSA: UM OLHAR SOBRE A SELETIVIDADE PENAL NO BRASIL.....	45
DEEPPKES COMO MEIO DE EXECUÇÃO DE CRIMES: DESAFIOS PARA A PERSECUÇÃO PENAL E PARA A AUTENTICIDADE DA PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO .....	46
RACISMO RELIGIOSO E O SACRIFÍCIO DE ANIMAIS EM RITUAIS DE RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 494.601/RS .....	47
FATORES QUE IMPULSIONAM A ALTA DEMANDA DE AÇÕES JUDICIAIS RELACIONADAS A PENSÃO ALIMENTÍCIA NO BRASIL.....	48
<b>ENFERMAGEM - 2º. SEMESTRE DE 2025 .....</b>	<b>49</b>
O IMPACTO DAS DOENÇAS AUTOIMUNES NO DESENVOLVIMENTO EMBRIONÁRIO: A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS PRÉ-NATAL POR PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM.....	50
HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA EM IDOSOS: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO EM PARÁ DE MINAS, MINAS GERAIS .....	51
SALVANDO VIDAS: A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE MANOBRAS DE DESENGASGO DURANTE O PRÉ-NATAL .....	52
CÂNCER DO COLO DO ÚTERO NA MICRORREGIÃO DE PARÁ DE MINAS E FATORES QUE INFLUENCIAM SEU AUMENTO .....	53
A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE PRIMEIROS SOCORROS NA GRADE CURRICULAR DA REDE DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	54

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE AO PACIENTE COM ÚLCERA VENOSA CRÔNICA EM MEMBROS INFERIORES .....	55
DETERMINANTES DA QUALIDADE OVOCITÁRIA: INFLUÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS NA INFERTILIDADE FEMININA .....	56
DENGUE E ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM: INTERFACES ENTRE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E CUIDADO ASSINTENCIAL .....	57
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS DE REPRODUÇÃO .....	58
<b>PSICOLOGIA - 2º. SEMESTRE DE 2025.....</b>	<b>59</b>
QUANDO A FALA FERRE: COMPREENSÕES SOBRE O DISCURSO DE ÓDIO E A AUTENTICIDADE DE PESSOAS LGBTQIA+ .....	60
COMPORTAMENTO SUICIDA E INTERVENÇÃO PSICOTERAPÊUTICA NO SUS: PERSPECTIVAS DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL BREVE.....	61
ENTRE O USO EXCESSIVO DE TELAS E A APRENDIZAGEM INFANTIL: PERSPECTIVAS COGNITIVO-COMPORTAMENTAIS PARA A INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA .....	62
FREUD E LACAN: DO IMPASSE DA PSICONEUROSE NARCÍSICA À ABERTURA DA TRANSFERÊNCIA – APROXIMAÇÕES DO AUTISMO NO CAMPO DA PSICOSE .....	63
QUANDO O TRABALHO PERDE O SENTIDO: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS E POSSIBILIDADES DE CUIDADO .....	64
INFLUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS NA PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DO AGRESSOR.....	65
DO IMPACTO À SUPERAÇÃO: EFEITOS DO DIVÓRCIO NO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DOS FILHOS.....	66
A ADOLESCÊNCIA COMO DESAFIO DA PUBERDADE: CONTRIBUIÇÕES PSICANALÍTICAS.....	67
A AUSÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA A MORTE E SUA RELAÇÃO COM A INTENSIFICAÇÃO DA CULPA E ARREPENDIMENTO NO PROCESSO DE LUTO: UMA PERSPECTIVA EXISTENCIAL .....	68
COMUNIDADES TERAPÊUTICAS NO BRASIL: ENTRE O CUIDADO E O CONTROLE	69

TERAPIA DE ACEITAÇÃO E COMPROMISSO (ACT) E O MODELO HEXAFLEX: CONTRIBUIÇÕES PARA OS CUIDADOS PALIATIVOS EM ONCOLOGIA.....	70
O CUIDADO EXISTENCIAL NO CTI Á LUZ DA LOGOTERAPIA DE VIKTOR FRANKL .....	71
MEDICALIZAÇÃO DO MAL-ESTAR: REFLEXÕES PSICANALÍTICAS SOBRE A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	72
O PAPEL DA PSICOLOGIA NA EFETIVAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS ..	73
ENTRE SÉCULOS E TELAS: UM OLHAR SOBRE A INFÂNCIA NA PERSPECTIVA DIGITAL .....	74
ESPECIFICIDADES DA PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL NO ATENDIMENTO À MULHER LÉSBICA.....	75
REINSERÇÃO SOCIAL PELO TRABALHO: O PAPEL DAS EMPRESAS NA INCLUSÃO DE DETENTOS E EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL .....	76
A INFLUÊNCIA DAS CRENÇAS DE AUTOEFICÁCIA NA MOTIVAÇÃO DO ALUNO: UMA ABORDAGEM PARA PSICOLOGIA ESCOLAR.....	77
LIBERDADE E RESPONSABILIDADE NA ESQUIZOFRENIA: UMA PERSPECTIVA EXISTENCIAL.....	78

# DIREITO - 1º. SEMESTRE DE 2025

## **INFLUÊNCIA QUE VICIA: A RESPONSABILIDADE CIVIL DE INFLUENCIADORES NA EPIDEMIA DAS CASAS DE APOSTA NO BRASIL**

LUCAS RENATO QUEIROZ FERREIRA  
lucasrefe@gmail.com

THAÍS MORATO MARINHO GALVÃO  
thais.galvao@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente trabalho analisa os efeitos jurídicos e sociais da atuação de influenciadores digitais na promoção de sites de apostas online no Brasil. Com o crescimento acelerado desse mercado e sua naturalização na cultura digital, impulsionada por técnicas como o sportswashing e estratégias de marketing altamente persuasivas, observou-se um aumento significativo de usuários, muitos deles pertencentes a grupos hipervulneráveis. A pesquisa investiga se a conduta dos influenciadores, ao divulgar essas plataformas — muitas vezes sem transparência e com uso de artifícios como “contas demo” —, pode configurar publicidade enganosa e gerar responsabilidade civil com base na teoria do risco. O estudo adota abordagem interdisciplinar, dialogando com o Direito, a Economia e a Sociologia, com base em dispositivos legais, doutrina e dados empíricos. Concluiu-se que, embora as apostas de quota fixa tenham sido legalizadas, a forma como vêm sendo promovidas nas redes sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** apostas online; influenciadores digitais; publicidade enganosa; responsabilidade civil; hipervulnerabilidade.

## DIREITO - 2º. SEMESTRE DE 2025

## **A PARENTALIDADE POST MORTEM E A PATERNIDADE SOCIOAFETIVA: IMPLICAÇÕES JURÍDICAS PARA FILHOS E O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS SUCESSÓRIOS**

ADRIELY SILVA FAUSTINO  
adrielysilvaf12@gmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES  
evandro.alves@fapam.edu.br

### **RESUMO**

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as implicações jurídicas decorrentes do reconhecimento da paternidade socioafetiva, especialmente no que diz respeito aos direitos sucessórios. Com a promulgação da Magna Carta de 1988, novos valores e princípios foram incorporados ao ordenamento jurídico pátrio, possibilitando o reconhecimento de entidades familiares baseadas no afeto, na convivência e no cuidado, independentemente da origem biológica. Nesse cenário, consolidaram-se os conceitos de parentalidade e paternidade socioafetiva, que representam vínculos jurídicos fundados em relações emocionais e de convivência contínua. Diante dessa nova concepção de família, a doutrina e a jurisprudência passaram a discutir a validade e os efeitos desses laços, sobretudo quanto à sucessão hereditária, diante da ausência de norma legal específica. Assim, a pesquisa sustenta que, uma vez reconhecida a paternidade socioafetiva, devem ser assegurados todos os seus efeitos jurídicos, inclusive sucessórios, com base nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, do melhor interesse da criança e da igualdade entre os filhos, vedando qualquer forma de discriminação. Ressalta-se ainda a importância de uma análise criteriosa das provas pelo magistrado, de modo a equilibrar direitos e interesses das partes e evitar decisões motivadas apenas por aspectos patrimoniais, desconsiderando o verdadeiro vínculo afetivo. A metodologia adotada baseia-se em pesquisa bibliográfica, doutrinária e jurisprudencial, por se tratar de tema essencialmente teórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** parentalidade socioafetiva; direitos sucessórios; princípio da dignidade humana; princípio da afetividade; entidades familiares.

## **O PAPEL E AS RESPONSABILIDADES DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO NOS TERMOS DA LEI N° 14.133/2021**

ALÉXIA RIBEIRO AMARAL DE FARIA  
alexia.a.r2014@outlook.com

CID CAPOBIAGO SOARES DE MOURA  
cid.moura@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O principal objetivo deste trabalho é estudar a Lei 14.133/21 de acordo com o Direito Brasileiro em se tratando do papel do Agente de Contratação nos processos licitatórios da administração pública. Busca-se compreender suas atribuições, os limites de sua atuação, bem como os riscos e responsabilidades que envolvem o exercício dessa função. Em linhas gerais, o agente de contratação, conforme disciplinado pela Lei nº 14.133/2021, constitui a figura central na condução das licitações e contratações públicas, desempenhando atribuições que asseguram a legalidade, a eficiência e a transparência dos atos administrativos. Compete-lhe a condução do procedimento licitatório, observando a legislação aplicável e os princípios que regem a Administração Pública, como impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade. Ao desempenhar esse papel, o agente de contratação oferece maior segurança técnica às decisões administrativas, na medida em que garante que cada fase do certame esteja alinhada às exigências legais e ao interesse público. Sua atuação possui ainda caráter preventivo, pois busca evitar falhas, irregularidades ou vícios que possam comprometer a validade do processo ou gerar responsabilizações futuras para a Administração. Dessa forma, o agente de contratação não apenas conduz os procedimentos, mas também contribui para a integridade, a racionalidade e a credibilidade das contratações públicas, fortalecendo a confiança da sociedade na gestão administrativa. Assim, com o referido tema, visa-se aprofundar a importância do agente de contratação nas licitações públicas com base na lei de licitações e contratos administrativos, no qual serão estudadas as seguintes questões: quais as atribuições e competências do agente de contratação nos processos licitatórios; critérios de responsabilização; desafios práticos do agente de contratação na administração municipal; e a análise do princípio da segregação de funções à luz da Constituição Federal e da Lei nº 14.133/2021. À vista disso, serão utilizadas as doutrinas de Sylvia Zanella Di Pietro, Marçal Justen Filho, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Edgar Guimarães, Hely Lopes Meirelles, autores que discorrem não somente acerca dos temas em questão, mas de todos os preceitos administrativos a ela contrapontos. No que toca à metodologia, será realizada pesquisa bibliográfica, que incluirá consulta a doutrinas como livros, artigos e pesquisas, bem como documental através da legislação e da jurisprudência pertinente ao tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** agente de contratação; licitação; direito brasileiro; administração pública; responsabilidade.

## **ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO PRAZO DA INTERNAÇÃO SOCIOEDUCATIVA NO CONTEXTO DA REABILITAÇÃO E A GARANTIA DE DIREITOS**

ANA CAROLINA SILVA LIMA  
anacarolinasilvalimas@gmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS  
marcio.morais@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Objetiva-se, através do presente estudo científico, analisar os elementos que permeiam à medida socioeducativa de internação provisória prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, enfatizando o seu caráter cautelar e a limitação temporal de 45 dias estabelecida pela legislação pátria. A pesquisa parte da constatação de que esse prazo tem sido amplamente debatido pela doutrina e pela jurisprudência hodiernas, sobretudo diante da diversidade e da complexidade dos casos que envolvem adolescentes autores de atos infracionais. Para tanto, enfatiza-se que o trabalho examina os fundamentos teóricos das medidas socioeducativas, os princípios constitucionais e infraconstitucionais que norteiam a proteção integral e o melhor interesse do menor, bem como os critérios que orientam a excepcionalidade da internação provisória. Tem-se que, a partir de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, o estudo discute a possibilidade de prorrogação do prazo legal, avaliando entendimentos doutrinários e decisões judiciais contemporâneas que sustentam a necessidade de flexibilização em situações que envolvem condutas graves e risco à coletividade. Conclui-se que a extensão do prazo pode ser admitida, desde que fundamentada em uma análise individualizada, com sopesamento de direitos e princípios, de modo a equilibrar a proteção social e o respeito às garantias processuais atinentes ao adolescente.

**PALAVRAS-CHAVE:** internação provisória; medidas socioeducativas; Estatuto da Criança e do Adolescente; prorrogação de prazo; devido processo legal.

## **A JUSTIÇA SOCIAL E OS DIREITOS HUMANOS NA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL PARA GUARDAS MUNICIPAIS**

ANA LUÍSA VILLAÇA  
anavillaca07@gmail.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA  
cid.moura@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este trabalho analisa a concessão de aposentadoria especial aos guardas municipais no sistema previdenciário brasileiro, à luz da justiça social e dos direitos humanos. Examina os regimes RGPS e RPPS, os impactos restritivos da Emenda Constitucional n. 103/2019, a jurisprudência do STF e iniciativas legislativas, defendendo, com base no princípio da isonomia, o reconhecimento do risco da atividade e a necessidade de proteção previdenciária equivalente às demais carreiras de segurança pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** aposentadoria especial; sistema previdenciário brasileiro; Emenda Constitucional 103/2019; proteção previdenciária; direitos humanos.

## **RESPONSABILIDADE CIVIL E CRITÉRIO DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO COM PERDA DE MEMBRO**

BENJAMIN JUSTINO DA SILVA  
bjilha@hotmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA  
fabricio.veiga@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo geral analisar os fundamentos da responsabilidade civil e examinar criticamente os critérios de quantificação dos danos decorrentes de acidentes de trabalho com perda de membro, à luz do princípio da reparação integral e da dignidade da pessoa humana. A escolha do tema justifica-se pela relevância prática e atualidade da discussão, dado o elevado índice de mutilações laborais no Brasil e as recentes controvérsias geradas pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que tentou tarifar o dano extrapatrimonial, e pelo Código de Processo Civil de 2015, que impôs novos rigores na fundamentação das decisões. A contribuição científica da pesquisa reside em propor a superação do arbitramento aleatório e das tabelas securitárias por critérios mais justos e técnicos. A fundamentação teórica apoia-se na doutrina clássica e contemporânea da responsabilidade civil (Cavaliere Filho, Maria Helena Diniz), bem como em autores do Direito do Trabalho (Mauricio Godinho Delgado, José Affonso Dallegrave Neto) e nas teses fixadas pelo Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da tarifação rígida. Metodologicamente, adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental, operacionalizada pelo método hipotético-dedutivo. A investigação utilizou análises do tipo temática e crítica, ao confrontar a legislação com a doutrina especializada; análise comparativa, contrapondo critérios anatômicos (tabelas SUSEP/DPVAT) com critérios funcionais (Baremo Europeu); e análise jurisprudencial, examinando a evolução das decisões do Tribunal Superior do Trabalho sobre a pensão vitalícia e a cumulação de danos.

**PALAVRAS-CHAVE:** responsabilidade civil; acidente de trabalho; perda de membro; dano moral; reparação integral.

## **O TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS E SUAS CONEXÕES TRANSNACIONAIS**

**BERNARDO AUGUSTO SILVA MACHADO**  
bernadoasm@hotmail.com

**MARCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS**  
marcio.morais@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O tráfico internacional de drogas configura-se como um fenômeno transnacional de elevada complexidade, que ultrapassa fronteiras, desafia a soberania dos Estados e compromete economias, instituições e sociedades. No Brasil, organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) consolidaram-se como atores centrais na logística do narcotráfico, estabelecendo alianças estratégicas com a máfia italiana ‘Ndrangheta e cartéis mexicanos, como Sinaloa e Jalisco Nueva Generación. Essas parcerias vão além da simples comercialização de drogas, envolvendo compartilhamento logístico, lavagem de dinheiro e infiltração em setores econômicos lícitos. A adaptação das rotas de tráfico, utilizando países africanos e latino-americanos como entrepostos, evidencia a sofisticação das facções e os desafios enfrentados pelas autoridades. No âmbito jurídico, o enfrentamento exige integração entre o Direito Penal, Econômico e Internacional, articulando tratados como a Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961 e a Convenção de Viena de 1988, bem como legislações internas, como a Lei nº 11.343/2006, capazes de combater o tráfico, a lavagem de dinheiro e os impactos econômicos e sociais dessa atividade ilícita. O estudo evidencia que a cooperação internacional, aliada a medidas legislativas e estratégias multidisciplinares, é essencial para reduzir a atuação das organizações criminosas e proteger a estabilidade institucional e econômica do país e do cenário global.

**PALAVRAS-CHAVE:** tráfico internacional de drogas; PCC; cartéis mexicanos; lavagem de dinheiro; rotas de tráfico.

## A COMPETÊNCIA COMPARTILHADA NA REFORMA TRIBUTÁRIA: IMPACTOS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS NO FEDERALISMO BRASILEIRO

BRUNA ANJOS DE MIRANDA  
mirandabruna803@gmail.com

JOSE HENRIQUE RIGHI RODRIGUES  
josehenrique.rodrigues@fapam.edu.br

### RESUMO

O estudo tem como objetivo investigar de que forma a nova estrutura de repartição de receitas e competências pode impactar a autonomia dos entes federados e a efetividade do pacto federativo previsto na Constituição da República de 1988. Trata-se da análise da competência tributária compartilhada introduzida pela Reforma Tributária brasileira, com ênfase na implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e seus reflexos no federalismo fiscal. A pesquisa se justifica pela relevância teórica, jurídica, política e econômica do tema, uma vez que a reforma não apenas altera a estrutura arrecadatória, mas redefine as relações entre União, Estados e Municípios, exigindo novas formas de cooperação e equilíbrio entre autonomia e solidariedade fiscal. A pergunta problema é a seguinte: de que maneira a adoção da competência tributária compartilhada, por meio da implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), impacta o federalismo fiscal brasileiro e sua relação entre autonomia e cooperação entre os entes federativos? A modernização do sistema tributário brasileiro tornou-se urgente diante da crescente complexidade normativa, da cumulatividade dos tributos sobre consumo e da elevada insegurança jurídica que afeta contribuintes e a administração pública. A criação do IBS e do modelo de competência compartilhada representa uma ruptura significativa com a lógica tradicional de repartição tributária prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O estudo se justifica pela relevância teórica e prática do tema, dado que a Reforma Tributária representa uma das maiores transformações do sistema fiscal brasileiro em décadas, exigindo reflexão crítica sobre seus impactos institucionais. A metodologia adotada é teórico-bibliográfica, de natureza qualitativa, utilizando o método indutivo e fundamentando-se em doutrinas, artigos científicos e legislações pertinentes. A análise evidenciou que o modelo de competência tributária compartilhada tem potencial para promover maior simplicidade, neutralidade fiscal e redução de litígios, alinhando o Brasil às práticas internacionais de tributação sobre o consumo. Constatou-se que o IBS pode melhorar a repartição de receitas e diminuir desigualdades regionais mediante regras mais claras de distribuição. Contudo, verificou-se também que a eficácia do novo sistema dependerá da governança do Comitê Gestor Nacional, da cooperação entre os entes federativos e da capacidade administrativa dos Estados e Municípios para se adaptarem ao novo modelo. Assim, os resultados apontam que o IBS pode fortalecer o federalismo cooperativo, desde que sejam observados mecanismos de coordenação institucional capazes de evitar concentração excessiva de poder e assegurar a autonomia federativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** reforma tributária; competência compartilhada; federalismo fiscal; Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS); autonomia federativa.

## **A EXPLORAÇÃO DO TURISMO SEXUAL INFANTIL NO BRASIL: LIMITES DA INTERVENÇÃO PENAL**

CAMILA ALVES PEREIRA  
camila\_alves.p@outlook.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO  
francisco.neto@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O turismo sexual infantil atrai pessoas do mundo inteiro em diversas regiões do país e, disfarçando-se de prazer, encobre graves crimes cometidos contra crianças e adolescentes que não possuem discernimento para diferenciar a necessidade do desejo. O trabalho aborda como a infância, parte primordial para formação do ser- humano, é roubada e transforma a realidade da sociedade, principalmente das comunidades locais onde tal crime é predominante. Por meio de uma abordagem clara e objetiva, ao apresentar o tema “A Exploração Do Turismo Sexual Infantil No Brasil: Limites Da Intervenção Penal”, a pesquisa realizou um estudo teórico e prático, com entrevista concedida por um promotor de justiça renomado na área de proteção aos direitos da criança e do adolescente, na qual foi possível relacionar a teoria à realidade e explicitar como a sociedade é diretamente responsável pelos menores. O texto adentra ainda cada tipo penal que corresponde às práticas que permeiam o tema, trazendo clareza aos leitores.

**PALAVRAS-CHAVE:** turismo; exploração sexual; criança; adolescente; crime.

## **RESPONSABILIDADE PENAL NA FÓRMULA 1: A ANÁLISE COMPARATIVA DO CASO AYRTON SENNA E SUA APLICABILIDADE AO CONTEXTO PENAL BRASILEIRO**

DORYS DAMARIS BALDAIA ALVES VIEIRA  
dorysbaldaia@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO  
francisco.neto@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente artigo científico se propõe a analisar a complexa questão da responsabilidade penal em acidentes fatais ocorridos no cenário da Fórmula 1, utilizando o trágico caso do piloto Ayrton Senna, em 1994, como paradigma de estudo. O objetivo central é comparar a responsabilização penal aplicada no contexto italiano, onde o fato ocorreu, e discutir a aplicabilidade de tais desdobramentos ao ordenamento jurídico-penal brasileiro. A metodologia empregada baseia-se na pesquisa bibliográfica e documental, examinando as normas de segurança esportiva da Federação Internacional de Automobilismo (FIA) e a doutrina penal brasileira e garantista (Ferrajoli, Bitencourt, Masson). A análise foca no conflito de jurisdições e na delimitação do locus commissi delicti em eventos transnacionais de alto risco. Argumenta-se que a natureza inerentemente arriscada do esporte, aliada à multiplicidade de entidades e nacionalidades envolvidas, impõe desafios à intervenção do Direito Penal, especialmente no que tange aos princípios da territorialidade e extraterritorialidade. O estudo também aborda a inação do Estado brasileiro no suporte e acompanhamento penal de seu atleta, contrastando o princípio da bandeira com a soberania do Estado do local do crime. A conclusão preliminar aponta para a extrema cautela que o Direito Penal deve ter ao tipificar a culpa em acidentes esportivos, evitando a criminalização simbólica e a responsabilização excessiva, ao mesmo tempo em que destaca a necessidade de um debate sobre a proteção jurisdicional de atletas brasileiros em competições internacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Responsabilidade penal; Fórmula 1; caso Ayrton Senna; territorialidade; extraterritorialidade.

## **A LEGITIMIDADE ATIVA DO CIDADÃO PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

EDUARDO LAUAR NERY CAMPOS FERREIRA  
eduardolncamposf@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA  
fabricio.veiga@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O trabalho investiga os fundamentos que justificam a legitimidade ativa do cidadão para a propositura de Ação Civil Pública no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, o estudo parte da análise da evolução das teorias da soberania e demonstra que a Constituição Federal de 1988, ao consagrar a soberania popular, impõe ao Estado o dever de ampliar os mecanismos de participação democrática. Dessa forma, a pesquisa examina os atuais instrumentos de democracia participativa e constata um hiato entre a previsão normativa e a efetividade prática. Ademais, o trabalho analisa o processo coletivo brasileiro, suas origens nas class actions norte-americanas e o rol taxativo de legitimados extraordinários previsto na Lei nº 7.347/1985, que exclui o cidadão. Do ponto de vista metodológico, adota-se abordagem qualitativa, de natureza teórico-normativa, com método dedutivo e análise de direito comparado. Para tanto, o estudo utiliza revisão bibliográfica, hermenêutica constitucional e processual, além de análise crítica de legislação estrangeira. Os resultados demonstram que a exclusão do cidadão contradiz os fundamentos da soberania popular e da cidadania, cria dependência exclusiva de órgãos intermediários e gera uma espécie de crise de representatividade. Por conseguinte, a pesquisa conclui que a legitimação do cidadão constitui imperativo constitucional, fortalece o sistema de tutela coletiva e harmoniza-se com experiências internacionais. Finalmente, o trabalho propõe quatro vias para a inclusão do cidadão: reinterpretação sistemática, declaração de inconstitucionalidade por omissão, alteração legislativa expressa ou inclusão no rol de direitos fundamentais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ação Civil Pública; legitimidade ativa; cidadão; soberania popular; processo coletivo; tutela de direitos metaindividuais.

## **A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO**

GABRIELA CAROLINE DE CASTRO ALMEIDA  
gabrielacaroline81002@gmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS  
marcio.morais@fapam.edu.br

### **RESUMO**

A presente pesquisa tem por tema o Tribunal do Júri como exercício democrático no Direito Processual Penal. A presente pesquisa tem por objetivo analisar o Tribunal do Júri Popular na conjuntura de um Estado Democrático de Direito e abordar os aspectos em que a instituição se apresenta com conteúdo democrático e em que pontos este elemento é deficitário. Para tanto será estudada a evolução histórica do júri popular no Direito brasileiro, a participação do povo na administração da justiça e o júri popular como direito fundamental na Constituição de 1988, bem como, verificar sua influência na interpretação das regras atualmente vigentes no Código de Processo Penal. A problemática da presente pesquisa pauta-se no seguinte questionamento: a tão antiga instituição do Tribunal do Júri, oferecido hoje como um modelo de aplicação da justiça desejável pela sociedade, é compatível com o panorama constitucional do exercício democrático do direito? Esta instituição está apta a promover o valor do justo com efetividade? O método utilizado é o dedutivo e como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental possui fins descritivos e natureza qualitativa, utilizando-se de compêndios sobre os principais trabalhos científicos sobre o tema escolhido, que abrange doutrinas, artigos de revista, jornais, documentos oficiais, entre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Júri Popular; Estado Democrático de Direito; efetividade.

**A FLEXIBILIDADE DA JORNADA E O IMPACTO NAS FAMÍLIAS: UMA ANÁLISE  
DA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL E DE SEUS EFEITOS NAS  
RELAÇÕES FAMILIARES NO BRASIL**

GABRIELA CRISTINA DA SILVA  
gabicristinadasilva28@gmail.com

SÔNIA CRISTINA FAGUNDES MALTA  
sonia.malta@fapam.edu.br

**RESUMO**

Este trabalho analisa a evolução histórica da jornada de trabalho e sua influência nas relações familiares, relacionando esses aspectos à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que propõe o fim da escala 6x1 e a redução da jornada semanal de 44 para 36 horas. O estudo destaca que, ao longo da história, a regulamentação do trabalho foi uma conquista social fundamental para equilibrar as relações entre capital e trabalhador. A pesquisa evidencia que as longas jornadas comprometem direitos constitucionais como o lazer, a saúde e a convivência familiar, impactando o bem-estar e a estrutura emocional das famílias brasileiras. A partir de dados do IBGE, do Cebes e de pesquisas nacionais, demonstra-se que o excesso de horas laborais reduz a qualidade de vida e agrava problemas de saúde mental. O trabalho também compara experiências internacionais que reduziram a carga horária sem perda de produtividade, e analisa o projeto-piloto de redução de jornada no Brasil. Conclui-se que a redução da jornada é uma medida viável e socialmente necessária, capaz de fortalecer os vínculos familiares e promover um desenvolvimento humano mais equilibrado e digno.

**PALAVRAS-CHAVE:** jornada de trabalho; família; direitos fundamentais; PEC 8/2025; qualidade de vida.

## O TRABALHO INTERMITENTE E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS

GEOVANNA KELLI SOARES  
geovannakelli4@gmail.com

SÔNIA CRISTINA FAGUNDES MALTA  
sonia.malta@fapam.edu.br

### RESUMO

Em 2017, a denominada Reforma Trabalhista promoveu alterações substanciais no Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que institui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A proposta legislativa foi apresentada sob a justificativa de atualizar os instrumentos reguladores das relações laborais e de fortalecer a negociação coletiva entre empregados e empregadores, tendo como finalidade declarada a redução do desemprego e o enfrentamento da informalidade. Entre as inovações introduzidas, destaca-se a regulamentação do contrato de trabalho intermitente, objeto central desta investigação. O presente estudo, à luz dos princípios constitucionais e trabalhistas, bem como de referenciais teóricos contemporâneos, examina as dimensões sociais, salariais e existenciais decorrentes dessa modalidade contratual. Observa-se que a redação normativa evidencia uma flexibilização normativa que, sob o discurso da modernização, tende a promover a desregulamentação de direitos historicamente conquistados, fomentando a precarização das condições laborais. Assim, busca-se, por meio de uma abordagem jurídico-sociológica, interpretar criticamente os efeitos jurídicos, sociais e econômicos desse novo regime de contratação, verificando sua compatibilidade com os fundamentos principiológicos do Direito do Trabalho e com as recentes transformações do mundo laboral. Pretende-se, portanto, oferecer uma análise hermenêutica crítica que permita vislumbrar alternativas jurídicas capazes de assegurar relações de trabalho mais equitativas e sustentáveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho intermitente; reforma trabalhista; Consolidação das Leis do Trabalho; flexibilização; proteção do trabalhador.

## **LICENÇA-MATERNIDADE DE MÃES DE BEBÊS PREMATUROS: A EFETIVIDADE E A FINALIDADE DO DIREITO, BASEADO NA REALIDADE DAS MÃES**

GIOVANA MORAIS COSTA SOUZA  
moraismorais123@hotmail.com

SÔNIA CRISTINA FAGUNDES MALTA  
sonia.malta@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente estudo analisa a efetividade e a finalidade da licença-maternidade para mães de bebês prematuros no Brasil, considerando a legislação vigente e a realidade enfrentada por essas mulheres. Embora a Constituição Federal e a Consolidação das Leis do Trabalho assegurem o direito à licença-maternidade, a legislação não contempla adequadamente situações de prematuridade, especialmente quando o recém-nascido requer internação prolongada em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN). A pesquisa investiga os impactos da prematuridade na saúde e no desenvolvimento do bebê, a importância da presença materna nesse período, bem como as dificuldades enfrentadas pelas mães durante a internação e após a alta hospitalar. Por meio de análise normativa, doutrinária, jurisprudencial e de dados científicos, o estudo evidencia lacunas legais e aponta a necessidade de políticas públicas e reformas legislativas que ampliem a proteção às mães de prematuros, garantindo maior efetividade do direito à maternidade e promovendo justiça social.

**PALAVRAS-CHAVE:** licença-maternidade; prematuridade; direito constitucional; maternidade; proteção social.

## **LAVAGEM DE DINHEIRO: AS TRÊS FASES PARA OBTER DINHEIRO DE FORMA ILÍCITA E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO COMBATE**

HELOISE OLIVEIRA LEITE  
leite32heloise@gmail.com

JOSÉ HENRIQUE RIGHI RODRIGUES  
josehenrique.rodrigues@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo apresentar as 03(três) fases do processo de lavagem de dinheiro e evidenciar o papel complexo e fundamental das instituições financeiras na identificação e no acompanhamento de movimentações que destoem do padrão habitual. A promulgação da Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, consolidou a tipificação do delito e conferiu maior relevância ao tema no ordenamento jurídico brasileiro. O tema se justifica pela relevância midiática, social, jurídica e política que lhes são próprias. A pergunta problema é a seguinte: considerando que as instituições financeiras são de fundamental importância no sistema financeiro nacional, quais seriam as medidas eficazes a serem adotadas pelas instituições financeira no combate à lavagem de dinheiro? O estudo foi estruturado em 04(quatro) seções, de modo a permitir maior aprofundamento dos assuntos abordados. Para alcançar os objetivos propostos, adotou-se o método dedutivo, com base em fontes formais e materiais pertinentes. Os resultados obtidos foram no sentido de que a função de combate à lavagem de dinheiro não cabe apenas ao Estado, mas ao setor privado, também, em face da mútua cooperação das diversas entidades e em observância às normas vigentes no ordenamento jurídico nacional e internacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** lavagem de dinheiro; fases da ilicitude; instituição financeira; ordem jurídica vigente.

## **ANALISE DO ENCARCERAMENTO FEMININO: ABANDONO FAMILIAR DAS MULHERES PRESAS E SEUS IMPACTOS**

ISADORA EDUARDA SANTOS DANTAS DE CASTRO  
isa30354@gmail.com

THAÍS MORATO MARINHO GALVÃO  
thais.galvao@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O encarceramento feminino é um fenômeno crescente nas últimas décadas e revela dimensões sociais, de gênero e institucionais que ultrapassam o simples cumprimento de pena. A análise do abandono familiar das mulheres presas e seus impactos permite compreender como o sistema penal brasileiro, historicamente estruturado sob uma lógica patriarcal reproduz desigualdades e vulnerabilidades específicas para as mulheres. Em primeiro lugar, observa-se que o perfil das mulheres encarceradas no Brasil é marcado pela marginalização social: a maioria é jovem, negra, de baixa escolaridade e oriunda de contextos de pobreza. Muitas ingressam na criminalidade como consequência de exclusão social e econômica, frequentemente associada à dependência afetiva ou financeira de parceiros, e à necessidade de sustentar seus filhos. Entretanto, quando são presas, essas mulheres sofrem um duplo estigma o de criminosas e o de “más mães” o que intensifica o abandono familiar e social. Ao contrário dos homens presos, que geralmente continuam recebendo visitas e apoio de esposas, mães e companheiras, as mulheres presas tendem a ser esquecidas por suas famílias e companheiros. Esse abandono afeta profundamente sua saúde emocional, seu senso de pertencimento e suas perspectivas de ressocialização. Além disso, as consequências se estendem aos filhos, que muitas vezes são deixados em situação de vulnerabilidade, institucionalizados ou sob os cuidados de terceiros sem estrutura adequada.

**PALAVRAS-CHAVE:** encarceramento feminino, abandono familiar, vulnerabilidade social.

**A VISÃO SOCIAL DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO CONTEXTO DA PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS E A JUSTIÇA RESTAURATIVA**

JADE MARIA SOARES PEREIRA  
jademasper@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO  
francisco.neto@fapam.edu.br

**RESUMO**

O presente trabalho visa analisar a eficácia ou não das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei, com o enfoque especial a aqueles que praticam o delito análogo ao crime de tráfico de drogas. A pesquisa se fundamenta tendo como parâmetro legal a Constituição Federal vigente, o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescentes) os quais estabelecem quais os paradigmas e princípios que devem ser observados ao se executar tais medidas. Os estudos foram voltados para identificar a real eficiência da aplicação das medidas socioeducativas que atualmente são impostas aos menores que cometem o delito de tráfico de drogas. Um dos pontos principais do trabalho é estudar com base em fontes teóricas e dados estatísticos se essas medidas tradicionais contidas no art. 112 do ECA se apresentam, na prática, como a melhor forma de se reintegrar e reeducar os menores infratores ou se elas apenas reafirmam a marginalização, exclusão social e a estigmatização desses indivíduos.

**PALAVRAS-CHAVE:** ineficácia; medidas socioeducativas; tráfico de drogas; menores.

## **A UBERIZAÇÃO E A NOVA CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: ANÁLISE DAS DIVERGÊNCIAS ENTRE O TST E O STF EM 2025**

JOÃO VÍTOR MENDONÇA FARIA  
joaovitormendoncafaria@gmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES  
evandro.alves@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso propõe-se a analisar a divergência jurisprudencial entre o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a caracterização do vínculo empregatício na uberização. O objetivo central é identificar as causas desse impasse e propor caminhos para uma regulação sustentável. A metodologia adotada utiliza pesquisa qualitativa, exploratória-descritiva, fundamentada na análise bibliográfica e documental de legislação, doutrina e jurisprudência, com recorte temporal até novembro de 2025. Observa-se que o TST desenvolveu a tese do controle algorítmico para tutelar o trabalhador, enquanto o STF impôs um veto institucional, priorizando a livre iniciativa (Tema 725), o que gerou profunda insegurança jurídica. O principal achado indica que o ponto de inflexão reside no julgamento do Recurso Extraordinário 1.446.336 (Tema 1.291), agendado para dezembro de 2025 (evento futuro, fora do recorte temporal da análise deste trabalho), o qual definirá o modelo de proteção social. Além disso, verifica-se a gravidade da crise previdenciária, com 70% dos trabalhadores de plataforma sem contribuição ao INSS, e a insuficiência regulatória do PLP 12/2024. A pesquisa conclui que a solução exige a construção de um Direito do Trabalho Digital, por meio da convergência legislativa, que estabeleça a obrigatoriedade de transparência algorítmica e um regime contributivo compulsório para harmonizar inovação com justiça social.

**PALAVRAS-CHAVE:** uberização; subordinação algorítmica; direito do trabalho digital; divergência jurisprudencial; Tema 1.291.

## **ABANDONO AFETIVO INVERSO E A (IM)POSSIBILIDADE DE DESERDAÇÃO**

JÚLIA ALVES CORDEIRO  
juliacordeiro477@gmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES  
evandro.alves@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O trabalho analisa o abandono afetivo inverso e a impossibilidade de deserdação sob a ótica do Direito das Sucessões. O estudo tem como objetivo examinar a omissão afetiva e material dos filhos em relação aos pais idosos e suas implicações jurídicas, considerando os princípios da dignidade da pessoa humana, da solidariedade e da proteção integral. A pesquisa adota metodologia qualitativa e bibliográfica, com base em doutrinas, legislações e dados demográficos. Constatou-se que, embora o abandono afetivo inverso gere danos morais e viole direitos fundamentais, o ordenamento jurídico brasileiro ainda não prevê sua inclusão como causa legal de deserdação. A análise evidencia uma lacuna normativa que impede a responsabilização sucessória de herdeiros negligentes. Concluiu-se que é necessária uma reflexão legislativa e doutrinária voltada à ampliação das hipóteses legais de exclusão da herança, de modo a assegurar maior proteção à pessoa idosa e promover justiça patrimonial e social.

**PALAVRAS-CHAVE:** abandono afetivo inverso; deserdação; dignidade da pessoa humana; direito das sucessões; proteção ao idoso.

## **A VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR DIGITAL**

JULIO CESAR MENDES OLIVEIRA  
juliocesar97pequi@gmail.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA  
cid.moura@fapam.edu.br

### **RESUMO**

E-commerce, ou comércio eletrônico, é a compra e venda de produtos online por meio de avanços tecnológicos. Cresceu devido aos recentes desenvolvimentos tecnológicos e às tentativas do governo de limitar seu crescimento. O incrível poder da compra virtual permite que os consumidores comprem qualquer coisa de qualquer lugar do mundo. Isso significa que você pode comprar produtos de países onde existem diferentes leis de consumo. É arriscado para o consumidor, considerando os danos potenciais que podem sofrer. Por isso, está sendo planejado um projeto de pesquisa para discutir a vulnerabilidade do consumidor e o que os tribunais brasileiros têm feito em relação a ações envolvendo violações de direitos. Ao final do processo de pesquisa, será concluída uma análise detalhada de cada texto usando métodos quantitativos e qualitativos. Isto irá explorar como a jurisprudência e outras fontes de informação se relacionam com os direitos do consumidor. Além disso, este estudo examinará quantos regulamentos legais se aplicam a casos de direitos do consumidor.

**PALAVRAS-CHAVE:** e-commerce; comércio eletrônico; vulnerabilidade do consumidor; direitos do consumidor.

## **A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR OMISSÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS**

KELVIN FERNANDES DE OLIVEIRA  
kelvin152@hotmail.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA  
cid.moura@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Através da presente pesquisa científica busca-se abordar sobre a responsabilidade civil do Estado, com ênfase nos atos omissivos, destacando sua relevância para a proteção dos direitos fundamentais e a consolidação do Estado de Direito. Outrossim, examina-se a distinção entre responsabilidade objetiva, fundamentada na teoria do risco administrativo, aplicável aos atos comissivos do poder público, e responsabilidade subjetiva, predominante nos casos de omissão, em que se exige a comprovação de culpa e a existência de dever legal específico de agir. Quanto à metodologia adotada, enfatiza-se a utilização de instrumentos de pesquisa bibliográficos, doutrinários e jurisprudenciais, tratando-se de uma investigação de caráter qualitativo e predominantemente teórica. De modo específico, tem-se que o estudo aborda as lacunas do §6º do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, cuja redação não é suficientemente clara quanto à aplicação em hipóteses omissivas, gerando divergência doutrinária e jurisprudencial. No campo da jurisprudência, se observa que a responsabilidade estatal pode ser reconhecida em situações de omissão quando há nexos diretos entre a falha do Estado e o dano sofrido pelos administrados, sobretudo no âmbito de violação de direitos fundamentais, como o tratamento desumano no sistema prisional. Portanto, conclui-se que a responsabilidade do Estado, seja objetiva ou subjetiva, constitui mecanismo essencial para assegurar a legalidade, a eficiência e a justiça na atuação estatal, equilibrando a função pública com a proteção dos direitos individuais e reforçando a centralidade da dignidade da pessoa humana no ordenamento jurídico brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** responsabilidade civil do Estado; omissão; serviços essenciais; dignidade humana; direitos fundamentais.

## **SÚMULA 377 DO STF: SEUS EFEITOS E AFASTAMENTO ATRAVÉS DO PACTO ANTINUPCIAL**

LARISSA DO NASCIMENTO ALVES  
larissanasci884@gmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES  
evandro.alves@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este estudo objetivou analisar a possibilidade jurídica e os efeitos práticos do afastamento dos efeitos da Súmula 377 do Supremo Tribunal Federal por meio de pacto antenupcial no regime de separação obrigatória de bens. A pesquisa utilizou metodologia qualitativa, descritiva e dedutiva, apoiando-se em revisão narrativa da doutrina nacional e da jurisprudência dos tribunais superiores, buscando compreender as mudanças recentes no cenário jurídico, especialmente após a decisão do Supremo Tribunal Federal no Tema 1.236 e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.922.347/PR. Conforme demonstrado, a Súmula 377, embora tenha sido criada para corrigir disparidades no sistema jurídico anterior, passou a gerar insegurança jurídica ao transformar a separação obrigatória em espécie de comunhão parcial. Constatou-se, nesse cenário, que o pacto antenupcial, instrumento de autonomia privada, possibilita aos nubentes preservar a separação absoluta dos patrimônios, afastando a incidência da súmula e protegendo os bens adquiridos durante a convivência. Assim, concluiu-se que tal afastamento fortalece a segurança jurídica e respeita os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e liberdade contratual. Logo, demonstrou-se que a valorização da autonomia privada é essencial para o Direito de Família contemporâneo, especialmente no contexto do envelhecimento da população e do aumento dos casamentos entre maiores de 70 anos, destacando a importância da flexibilização do regime legal obrigatório.

**PALAVRAS-CHAVE:** autonomia privada; regime de separação obrigatória; Súmula 377 do STF; pacto antenupcial.

## **ANÁLISE DAS RAZÕES DA COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA JULGAR OS ENVOLVIDOS EM 08/01**

LUCAS LOPES ALVES SILVA  
lucaslas900@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO  
francisco.neto@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este trabalho realiza uma análise dos fundamentos jurídicos, constitucionais e institucionais que conferem legitimidade à competência do Supremo Tribunal Federal (STF) para processar e julgar todos os envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, incluindo aqueles que não possuem foro por prerrogativa de função. A pesquisa, de natureza jurídico-dogmática, demonstra que a jurisdição da Corte é solidamente sustentada pela conjugação de três pilares : a previsão constitucional de foro por prerrogativa para autoridades (Art. 102, I, “b”, CF/88) , o instituto da conexão processual (Art. 76 do CPP), que permite o julgamento unificado de réus comuns e autoridades quando os fatos são indissociáveis, e a competência para investigar infrações em sua sede, conforme o Art. 43 do Regimento Interno do STF (RISTF), ativado como mecanismo de autodefesa institucional contra ataques à sua integridade. Além da dogmática, o estudo enquadra a atuação do STF na teoria do comportamento judicial estratégico , onde a Corte antecipa e reage a um contexto de intenso conflito político-institucional , e demonstra que essa postura firme desencadeou reações de court-curbing (iniciativas legislativas visando conter o poder judicial). Conclui-se que a competência do STF nos casos de 8 de janeiro é plenamente legítima e constitucionalmente amparada , representando não apenas uma resposta penal, mas o exercício estratégico de seu papel como guardião da Constituição em um momento de crise aguda da democracia e redefinindo o equilíbrio institucional no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Supremo Tribunal Federal; 8 de janeiro; competência; conexão processual; comportamento judicial estratégico; court-curbing; autodefesa institucional.

## **ESTUDO SOBRE A JORNADA 6 X 1: UMA ANÁLISE SOBRE O DIREITO AO DESCANSO E OS REFLEXOS NA PRODUTIVIDADE LABORAL**

LUCINÉIA MAGALHÃES DA SILVA  
lucineiamagalhaes08@hotmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES  
evandro.alves@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O estudo analisa a relação entre o direito ao descanso e a produtividade no ambiente de trabalho, com foco nos reflexos da jornada 6x1, modelo amplamente utilizado em setores que exigem funcionamento contínuo como supermercados, restaurantes, hospitais, indústrias, entre outros. O objetivo central consiste em abordar como essa escala influencia a saúde, o bem-estar e o desempenho dos trabalhadores, além de discutir a necessidade de adequações que promovam condições laborais mais equilibradas e sustentáveis. A pesquisa utiliza o método bibliográfico, fundamentado em artigos científicos, legislações, relatórios e diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), permitindo identificar os impactos físicos, psicológicos e sociais decorrentes de jornadas prolongadas. Os resultados demonstram que o regime 6x1, embora amparado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pode comprometer a qualidade de vida e reduzir a produtividade, uma vez que, o descanso insuficiente acarreta fadiga, estresse e queda de desempenho. Entende-se que o direito ao descanso é essencial para a preservação da dignidade humana, da saúde e da produtividade, devendo ser tratado como elemento estratégico da gestão de pessoas e da política de saúde ocupacional, e não apenas como obrigação legal.

**PALAVRAS-CHAVE:** direito ao descanso; jornada de trabalho; escala 6x1; produtividade; qualidade de vida no trabalho.

## **O DIREITO FUNDAMENTAL AOS ALIMENTOS: A EFETIVIDADE DOS ALIMENTOS GRAVÍDICOS NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E OS DESAFIOS NA GARANTIA DOS DIREITOS DO NASCITURO E DA GESTANTE NO SÉCULO XXI**

MAÍNNE VITTÓRIA FARIA TORRES  
mainnevittoria@gmail.com

SÔNIA CRISTINA FAGUNDES MALTA  
sonia.malta@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este trabalho examina o direito fundamental aos alimentos, com ênfase na efetividade dos alimentos gravídicos no âmbito da legislação brasileira, especialmente quanto à proteção dos direitos da gestante e do nascituro. O objetivo central consiste em analisar a aplicação prática da Lei nº 11.804/2008, identificando seus avanços normativos, os desafios enfrentados na esfera judicial e os impactos sociais e jurídicos decorrentes. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e análise jurisprudencial de decisões proferidas por tribunais brasileiros. Os resultados evidenciam que a referida norma representa um marco legislativo ao assegurar assistência material durante a gestação, promovendo condições dignas à mulher e ao feto. Todavia, sua efetividade é comprometida por entraves socioeconômicos, culturais e processuais, como a morosidade judicial, a exigência de provas consistentes de paternidade e o desconhecimento da legislação por parte da população. Verifica-se, ainda, a necessidade de políticas públicas voltadas à conscientização e ao fortalecimento das Defensorias Públicas, visando garantir o acesso à justiça e a uniformidade de entendimentos. Conclui-se que os alimentos gravídicos constituem instrumento de concretização da dignidade humana, da solidariedade familiar e da proteção integral à maternidade, sendo imprescindível o aprimoramento de mecanismos que assegurem sua plena efetividade no século XXI.

**PALAVRAS-CHAVE:** alimentos gravídicos; direitos fundamentais; gestante; nascituro; efetividade da lei.

**AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA A CASAIS  
HOMOAFETIVOS DO SEXO MASCULINO, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: UMA  
ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DE PROTEÇÃO**

MARCELO MIGUEL LEMOS ARAUJO  
marcelomiguellemos@hotmail.com

THAIS MORATO MARINHO GALVÃO  
thais.galvao@fapam.edu.br

**RESUMO**

A presente pesquisa tratou da análise acerca da ampliação Lei 11.340/2006, conhecida popularmente por Lei Maria da Penha, na sua aplicação a casais homoafetivos do sexo masculino, travestis e transexuais e a importância da proteção a essas pessoas. Diante dessa evolução social e jurídica, o presente artigo se propõe a analisar a urgente necessidade de ampliação da proteção da Lei Maria da Penha para abranger, de forma explícita e inequívoca, casais homoafetivos do mesmo sexo. O tema é bastante relevante na atualidade, pois os casais homoafetivos do sexo masculino estão cada vez mais se tornando vítimas da violência doméstica no Brasil. A metodologia utilizada na elaboração do artigo consiste em pesquisa bibliográfica, doutrinas, artigos e dados que se fizerem relevantes para alcançar abordagem satisfatória acerca do tema em questão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lei Maria da Penha; casais homoafetivos do mesmo sexo; travestis; transexuais.

## **OS IMPACTOS DA LEI DO PROCESSO ELETRÔNICO NOS JUIZADOS ESPECIAIS: A UTILIZAÇÃO DO WHATSAPP NA EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL**

MATHEUS LUIZ CAMARGOS MENDES  
matheusmendes99761207@gmail.com

THAÍS MORATO MARINHO GALVÃO  
thais.galvao@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este trabalho analisa a evolução do acesso à Justiça no Brasil, partindo da criação dos Juizados Especiais, com a Lei nº 9.099/1995, até a consolidação do processo eletrônico e o surgimento de novas formas de comunicação processual, como a citação via WhatsApp. O objetivo é investigar como a tecnologia, especialmente o uso de aplicativos de mensagens instantâneas, impacta a efetivação do princípio da celeridade processual, um princípio implícito dos Juizados Especiais e um direito constitucionalmente assegurado a todos os cidadãos. Inicialmente, contextualiza-se o surgimento dos Juizados como uma resposta à morosidade e ao formalismo excessivo da justiça tradicional, destacando seus princípios norteadores: oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Em seguida, aborda-se a transição para o meio digital com a Lei do Processo Eletrônico (Lei nº 11.419/2006), que buscou modernizar o Judiciário, reduzir custos e acelerar a tramitação dos feitos, como ocorreu também no caso da Resolução nº 354/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que valida o ato desde que comprovada a ciência inequívoca do destinatário, é contrastada com as críticas doutrinárias sobre a dificuldade de verificação da identidade e os riscos de fraude. Por fim, embora a citação por WhatsApp represente um avanço significativo para a celeridade processual, sua consolidação depende de uma regulamentação uniforme, que equilibre a eficiência tecnológica com as garantias processuais fundamentais, assegurando um processo célere e justo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juizados Especiais; processo eletrônico; celeridade processual; whatsapp.

## **GAROTAS DO JOB: A COMERCIALIZAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO E OS DESAFIOS NA FILIAÇÃO E SUCESSÃO DE POSSÍVEIS FILHOS**

NATANAEL MAGNO GOMES  
natanaelmagno.adv@gmail.com

FABRICIO VEIGA COSTA  
fabricio.veiga@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os desafios jurídicos relacionados à filiação e à sucessão hereditária decorrentes da prostituição, com ênfase nas relações intermediadas por plataformas digitais. A escolha do tema justifica-se pela ausência de regulamentação específica da atividade no Brasil e pela atualidade das discussões sobre a responsabilidade civil de empresas de tecnologia, o que gera insegurança jurídica e conflitos entre o direito à privacidade e os direitos fundamentais da criança. A pesquisa fundamenta-se na análise doutrinária e jurisprudencial, utilizando como parâmetros a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor e a Lei Geral de Proteção de Dados para debater a colisão de direitos fundamentais. O estudo examina a viabilidade da investigação de paternidade em contextos de múltiplas relações e a responsabilidade das plataformas na guarda e fornecimento de dados dos usuários. Os resultados indicam que, diante de falhas na identificação de genitores, é possível sustentar a responsabilidade solidária ou subsidiária das intermediadoras, aplicando-se a teoria do risco da atividade. Conclui-se que, apesar do vácuo legislativo, os princípios da dignidade da pessoa humana e da proteção integral devem prevalecer, assegurando aos filhos o direito à origem genética e aos alimentos, independentemente da natureza da atividade materna.

**PALAVRAS-CHAVE:** prostituição. filiação. plataformas digitais. responsabilidade civil. dignidade da pessoa humana.

## **A NATUREZA JURÍDICA DO COMITÊ GESTOR SOB A PERSPECTIVA DA REFORMA TRIBUTÁRIA: PROPOSIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS SEGUNDO O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

PATRÍCIA MUNIZ SANTOS  
patriciamuniz.santos@outlook.com

JOSÉ HENRIQUE RIGHI RODRIGUES  
josehenrique.rodrigues@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo compreender de que forma a centralização da arrecadação e da distribuição de receitas, atribuída ao Comitê Gestor, compatibiliza-se com os princípios do Estado Democrático de Direito e com a autonomia dos entes federados. O tema se justifica pela relevância teórica e prática de natureza jurídico-tributária face à sua carga axiológica voltada para a concretização e a densificação dos direitos e garantias fundamentais previstos constitucionalmente. Para atingir seu desiderato, o artigo analisa a natureza jurídica e a legitimidade constitucional do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), instituído pela Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, no contexto da reforma tributária brasileira. O tema problema é o seguinte: qual é a natureza jurídica do Comitê Gestor do IBS e como sua estrutura institucional compatibiliza-se com os fundamentos do Estado Democrático de Direito? A metodologia utilizada foi a pesquisa teórico-bibliográfica. O conteúdo da pesquisa tem fundamento de validade nas fontes formais, materiais, artigos e discussões doutrinárias relacionados ao tema. O procedimento metodológico utilizado foi o método indutivo, partindo-se de uma concepção específica para a concepção genérica, culminando na identificação dos limites objetivos e subjetivos do presente problema. Por fim, quanto ao procedimento técnico, observou-se a análise interpretativa e comparativa, nacional e estrangeira, histórica e temática, em atenção à crítica científica. Os resultados alcançados indicam que o Comitê Gestor representa inovação institucional relevante, mas sua natureza jurídica permanece indefinida, situando-se entre os modelos de autarquia especial e consórcio interfederativo. Conclui-se que sua consolidação dependerá da criação de mecanismos efetivos de transparência, controle e participação democrática, capazes de equilibrar a eficiência arrecadatória e a preservação dos valores constitucionais. O estudo reforça que a modernização tributária somente será legítima desde que respeitados os fundamentos do pacto federativo em observância à supremacia da Constituição Federal de 1988.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reforma Tributária; Comitê Gestor; Federalismo; Estado Democrático de Direito; Sistema Tributário Nacional.

## **A CONCILIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL NOS POSTOS DE ATENDIMENTO PRÉ-PROCESSUAL (PAPRE) COMO FERRAMENTA PARA A PACIFICAÇÃO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE PROJETOS RECENTES EM PARCERIA COM FACULDADES, TRIBUNAIS E MUNICÍPIOS**

RENATA MARTINS DE OLIVEIRA SANT'ANA  
renata.oliveira@fapam.edu.br

SÔNIA CRISTINA FAGUNDES MALTA  
sonia.malta@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente artigo aborda a crise da efetividade jurisdicional brasileira, marcada pela sobrecarga e morosidade do Poder Judiciário, que impulsionou a busca por soluções autocompositivas. Nesse contexto, o tema problema central analisa de que forma a atuação dos Postos de Atendimento Pré-Processual (PAPREs) contribui para a ampliação do acesso à justiça e para a consolidação de uma cultura voltada à resolução consensual de conflitos. A relevância jurídica do tema reside na efetivação do direito fundamental de acesso à justiça (art. 5º, XXXV, CF/88) por meio de mecanismos céleres e humanizados, que contribuem para a mitigação do litígio e, conseqüentemente, a pacificação social. Para alcançar a conclusão, utilizou-se a pesquisa bibliográfica (doutrina sobre acesso à justiça e mediação), documental (relatórios institucionais) e de campo (análise de desempenho e dados primários de atendimento dos PAPREs na Comarca de Pará de Minas – Igaratinga, São Gonçalo do Pará e FAPAM). O estudo demonstrou que, ao oferecer atendimento gratuito e focado na conciliação, os PAPREs se configuram como instrumentos estratégicos que ampliam significativamente o acesso à justiça para a população, especialmente a vulnerável, sendo que os índices de acordos alcançados nos anos de 2024 e 2025 atestam a efetividade e a sustentabilidade dessa política pública, consolidando uma cultura de diálogo e consenso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Postos de Atendimento Pré-Processual (PAPRES); conciliação pré-processual; meios autocompositivos; acesso à justiça; solução de conflitos.

## **TRABALHO INFANTIL: UMA ANÁLISE SOBRE O ECA E A REALIDADE BRASILEIRA**

TALITA CAROLINA NOLÁCIO DE CARVALHO  
talitacarolina50@gmail.com

THAÍS MORATO MARINHO GALVÃO  
thais.galvao@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O trabalho analisa o fenômeno do trabalho infantil no Brasil sob a ótica do Estatuto da Criança e do Adolescente, evidenciando as contradições entre o ordenamento jurídico e a realidade social. A pesquisa foi feita com base em livros, leis, documentos oficiais e textos de autores que estudam o tema de forma crítica. Percebe-se que, apesar de o Brasil ter leis avançadas para proteger crianças e adolescentes, ainda existem milhões de crianças trabalhando em condições inadequadas. Essas crianças estão espalhadas por vários setores, como a agricultura, o trabalho doméstico, o comércio informal e até em atividades ilegais. Além disso, a maneira como o trabalho infantil é mostrado na mídia muitas vezes de forma romantizada, como se fosse algo bonito ou necessário acaba ajudando a manter esse problema. A análise mostra que as principais causas do trabalho infantil são a pobreza, a desigualdade social, a baixa qualidade da educação e a falta de políticas públicas eficientes. Tudo isso faz com que a lei, por mais avançada que seja, não funcione como deveria na prática. Por fim, o estudo conclui que acabar com o trabalho infantil exige uma ação conjunta: é preciso melhorar os serviços públicos, investir em educação de qualidade, fiscalizar de verdade, combater ideias que normalizam essa exploração e garantir empregos dignos para os adultos. Colocar o ECA em prática de forma real precisa de um compromisso sério não só político, mas também ético e cultural que reconheça o direito de toda criança a uma infância protegida e sem exploração.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho infantil; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); direitos da criança; exploração; políticas públicas.

## **A CULTURA DO ENCARCERAMENTO EM MASSA: UM OLHAR SOBRE A SELETIVIDADE PENAL NO BRASIL**

TALITA LOPES DE FARIA  
talitaldf@hotmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO  
francisco.neto@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente artigo analisa criticamente o sistema carcerário brasileiro, evidenciando como o encarceramento em massa se consolidou como prática vinculada à estrutura social e econômica do país. O objetivo central consiste em demonstrar que a aplicação seletiva das leis penais afeta de maneira desproporcional a população pobre e negra, configurando expressão do racismo estrutural e violando princípios fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Execução Penal e por tratados internacionais de direitos humanos. No que toca à metodologia, serão utilizadas as metodologias histórica, comparativa e estatística, considerando sua adequação ao tema. Nessa esteira, o método histórico permite compreender a formação e a evolução do sistema penal brasileiro, revelando como se consolidaram as desigualdades que sustentam o encarceramento em massa. Já o método comparativo possibilita analisar modelos penais internacionais e identificar alternativas ao modelo vigente. Além disso, o método estatístico, por sua vez, fundamenta a análise empírica por meio de dados sobre perfil da população carcerária, reincidência e indicadores socioeconômicos, conferindo objetividade e precisão ao trabalho. Assim, a pesquisa adotará abordagem interdisciplinar, articulando Direito Penal, Direito Constitucional, Direitos Humanos e aportes sociológicos, ressaltando o fato de que os resultados fomentam que a prisão, em vez de ressocializar, reproduz a violência, fortalece a marginalização e mantém os grupos vulneráveis em situação de exclusão social. Conclui-se que o sistema prisional brasileiro atua como engrenagem de um modelo de justiça punitivista e seletivo, sendo incapaz de reduzir a criminalidade ou promover a inclusão.

**PALAVRAS-CHAVE:** sistema prisional; encarceramento em massa; racismo estrutural; seletividade penal; direitos humanos.

## **DEEPPAKES COMO MEIO DE EXECUÇÃO DE CRIMES: DESAFIOS PARA A PERSECUÇÃO PENAL E PARA A AUTENTICIDADE DA PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO**

TALITA MARIA DA SILVA  
talitamaria188@gmail.com

THAIS MORATO MARINHO GALVÃO  
thais.galvao@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O trabalho investiga os desafios das deepfakes para a persecução penal e a autenticidade da prova no processo penal brasileiro. O estudo analisa o contexto histórico da inteligência artificial desde sua concepção na década de 1950 até o surgimento das deepfakes em 2017, tecnologia que permite a manipulação realista de vídeos, imagens e áudios. A pesquisa examina os impactos sociais dessa tecnologia, evidenciando que 96% das deepfakes possuem conteúdo pornográfico, vitimizandando majoritariamente mulheres. O trabalho demonstra como as deepfakes violam direitos fundamentais, especialmente o direito à imagem, honra e privacidade, analisando casos emblemáticos envolvendo figuras políticas e celebridades. Embora exista dispositivos que ofereçam uma proteção parcial como o Marco Civil da Internet, a LGPD e a recente Lei 15.123/2025, identifica-se lacunas na legislação brasileira. A pesquisa revela a fragilidade do sistema jurídico diante da dificuldade de autenticar provas digitais, comprometendo a segurança jurídica e o princípio da presunção de inocência. O estudo propõe medidas como implementação rigorosa da cadeia de custódia digital, capacitação de profissionais jurídicos, desenvolvimento de tecnologias de detecção e criação de legislação específica. Conclui-se pela urgência de atualização legislativa e adoção de abordagem multidisciplinar combinando regulamentação, tecnologia, educação e políticas corporativas para garantir a efetividade da persecução penal e proteção dos direitos fundamentais na era digital.

**PALAVRAS-CHAVE:** deepfakes; inteligência artificial; processo penal; prova digital; direitos fundamentais.

**RACISMO RELIGIOSO E O SACRIFÍCIO DE ANIMAIS EM RITUAIS DE RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 494.601/RS**

VINÍCIUS MATHEUS DOS SANTOS PEREIRA  
viniussantos.acad@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA  
fabricio.veiga@fapam.edu.br

**RESUMO**

O racismo religioso é uma forma de discriminação que afeta milhões de pessoas em todo o mundo e, infelizmente, o Brasil não está imune a essa realidade. No contexto brasileiro, as religiões de matriz africana têm sido alvo frequente de intolerância e preconceito, muitas vezes manifestados por meio da destruição de locais sagrados e símbolos religiosos. Outrossim, o presente trabalho trará uma análise aprofundada acerca do tema do racismo religioso e do sacrifício de animais em rituais de religiões de matriz africana, notadamente sob a perspectiva do Recurso Extraordinário nº 494.601/RS, julgado pelo plenário do Supremo Tribunal Federal no ano de 2019. O caso concreto abarcou a destruição de imagens religiosas em um terreiro de candomblé, levantando questões fundamentais sobre liberdade religiosa, igualdade e proteção legal contra o racismo religioso no Brasil. Para tanto, através de densa pesquisa jurisprudencial e bibliográfica, este trabalho visa fornecer insights importantes sobre a natureza e as implicações decorrentes do racismo religioso, assim como examinar o papel do sistema jurídico na proteção dos direitos das comunidades religiosas afrodescendentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** racismo religioso. religiões de matriz africana. recurso extraordinário. liberdade religiosa.

## **FATORES QUE IMPULSIONAM A ALTA DEMANDA DE AÇÕES JUDICIAIS RELACIONADAS A PENSÃO ALIMENTÍCIA NO BRASIL**

VÍTOR EMANUEL RIBEIRO ROMANO CHAGAS  
vitorchagas7@yahoo.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA  
fabricio.veiga@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo geral analisar os fatores determinantes para o crescimento das ações judiciais relacionadas à pensão alimentícia no Brasil, buscando compreender a complexidade multidimensional que envolve esse fenômeno. A escolha do tema justifica-se pela relevância teórica e prática da discussão, uma vez que a judicialização dos alimentos revela transformações sociais, jurídicas e econômicas contemporâneas, além de contribuir cientificamente para o debate sobre direitos de família, acesso à justiça e cultura jurídica no país. A pesquisa fundamenta-se em referenciais teóricos que abordam a evolução do Direito de Família, os impactos das mudanças legislativas, a reconfiguração dos arranjos familiares, a teoria da multiparentalidade e os estudos sobre judicialização e políticas públicas, os quais servem de base para o tratamento crítico do objeto. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando o método hipotético-dedutivo para investigar a relação entre transformações sociais e o aumento das demandas alimentares. As análises realizadas compreendem enfoques temático, crítico, comparativo e histórico, permitindo a identificação das causas estruturais da intensificação dos litígios. Os resultados demonstram que o crescimento das ações não decorre apenas de conflitos familiares, mas da combinação entre mudanças legislativas, instabilidade econômica, pluralização dos modelos familiares, maior conscientização jurídica e expansão do acesso à justiça. Conclui-se que a elevação da demanda por ações alimentares evidencia tanto a superação de barreiras históricas de acesso ao Judiciário quanto o fortalecimento de uma cultura de direitos, apontando para a necessidade de políticas públicas voltadas à prevenção de conflitos, orientação familiar e promoção da mediação.

**PALAVRAS-CHAVE:** pensão alimentícia; judicialização; direito de família; acesso à justiça; responsabilidade parental; multiparentalidade; divórcio; defensoria pública.

# ENFERMAGEM - 2º. SEMESTRE DE 2025

---

## **O IMPACTO DAS DOENÇAS AUTOIMUNES NO DESENVOLVIMENTO EMBRIONÁRIO: A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS PRÉ-NATAL POR PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM**

ANA CAROLINA MATEUS OLIVEIRA

RAFAELA APARECIDA OLIVEIRA PINTO  
rafaelaoliveira.ro626@gmail.com

JULIANA CRISTINA FRALEON DE ALMEIDA  
juliana.almeida@fapam.edu.br

MARYA EDUARDA DOS SANTOS

### **RESUMO**

Este estudo analisa o impacto das doenças autoimunes no desenvolvimento embrionário e evidencia a importância dos cuidados pré-natais pelos profissionais de enfermagem. O objetivo é compreender como as patologias como Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES), Miastenia Gravis (MG) e Púrpura Trombocitopênica Imune (PTI) podem interferir na gestação e quais são as estratégias assistenciais que são aplicadas para poder reduzir os riscos materno-fetais. Foram adotadas as abordagens qualitativas, com revisão narrativa da literatura, desenvolvida a partir das publicações científicas entre 2013 e 2024, pesquisadas nas bases BDENF, BVS, LILACS, PUBMED e SCIELO. Assim, os resultados demonstram que as gestantes com doenças autoimunes apresentam maior incidência de complicações, como pré-eclâmpsia, parto prematuro, perdas gestacionais e restrição de crescimento intrauterino. O estudo ressalta o papel essencial da enfermagem no acompanhamento pré-natal, promovendo orientações, prevenção de agravos e acolhimento emocional. Também destaca a importância do planejamento reprodutivo em períodos de remissão da doença e da atuação multiprofissional para garantir segurança materno-fetal. Por fim, desenvolve-se uma cartilha educativa destinada à população em geral, com orientações práticas para o manejo clínico e humanizado dessas gestantes. Conclui-se que a assistência integral e o preparo técnico da equipe são fundamentais para resultados gestacionais favoráveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** doença autoimunes; desenvolvimento embrionário; cuidados pré-natais; enfermagem; gestação de alto risco.

## **HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA EM IDOSOS: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO EM PARÁ DE MINAS, MINAS GERAIS**

ANA FLÁVIA PEREIRA BARBOSA  
ana.flavia.20@hotmail.com

LETÍCIA ESTEFANI DA SILVA FARIA

GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DA COSTA  
guilherme.costa@fapam.edu.br

JOSIANE LIBÉRIA NASCIMENTO

### **RESUMO**

Este projeto analisará a prevalência da hipertensão arterial sistêmica (HAS) em idosos residentes no município de Pará de Minas, Minas Gerais, a partir dos dados coletados na Pesquisa Diagnóstica, Situacional e Epidemiológica realizada pela FAPAM. O estudo adotará uma abordagem quantitativa, descritiva e exploratória, utilizando dados secundários para delinear o perfil sociodemográfico e identificar os fatores de risco associados à doença. A metodologia empregará análise estatística descritiva, com o objetivo de mensurar a frequência da hipertensão entre os idosos e propor estratégias de intervenção baseadas nos resultados encontrados. O enfermeiro, como agente de promoção à saúde, desempenhará papel fundamental na interpretação dos dados e na proposição de ações educativas voltadas à adesão ao tratamento e à melhoria da qualidade de vida da população estudada. Os resultados esperados indicarão a elevada prevalência da hipertensão arterial na terceira idade, associada a fatores como obesidade, sedentarismo e baixa adesão terapêutica, além de evidenciar a importância da atuação da enfermagem na prevenção e no controle da doença. Pretende-se ainda identificar lacunas nos cuidados em saúde que poderão nortear futuras políticas públicas municipais e ações de educação em saúde, reforçando a necessidade de atuação multiprofissional no enfrentamento da hipertensão em idosos. Este estudo contribuirá para o fortalecimento das práticas assistenciais de enfermagem baseadas em evidências, promovendo uma abordagem integral e humanizada ao idoso hipertenso em atenção primária.

**PALAVRAS-CHAVE:** enfermagem; epidemiologia; Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS); idoso; saúde pública.

## **SALVANDO VIDAS: A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE MANOBRAS DE DESENGASGO DURANTE O PRÉ-NATAL**

GEIZIELLE ADRIANE DA SILVA  
geizielleenfermagem2021@gmail.com

LORENA THAIS CAMARGOS SILVA

MARINA DUARTE BARBOSA PINHEIRO

SÍLVIA VALADARES DUARTE  
silvia.duarte@fapam.edu.br

GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DA COSTA  
guilherme.costa@fapam.edu.br

### **RESUMO**

A aspiração de corpo estranho (ACE) é uma das principais causas de morte acidental em crianças brasileiras menores de três anos, devido à escassez de conhecimento dos cuidadores sobre sinais de emergência e manobras de primeiros socorros. Diante dessa realidade, este estudo evidencia a importância da capacitação de pais e cuidadores promovida por profissionais de saúde como estratégia essencial de prevenção e manejo. Conduzida por meio de uma pesquisa bibliográfica descritiva, a análise enfocou a relevância de se inserir conteúdos educativos sobre desengasgo no pré-natal, destacando o papel estratégico do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde. Evidências indicam que a maioria das gestantes não recebe orientações adequadas durante o pré-natal, demonstrando falhas na educação em saúde. O estudo detalha as manobras para obstrução por sólidos e líquidos, incluindo as atualizações das diretrizes de 2025 da American Heart Association (AHA). Como resultado prático, foi elaborada uma proposta de inclusão do tema no Protocolo de Assistência ao Pré-natal de Pará de Minas (MG), culminando na capacitação das equipes de saúde do município. Conclui-se que a inserção dessas orientações no pré-natal é uma medida estratégica de saúde pública, vital para reduzir a mortalidade infantil por causas evitáveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aspiração de Corpo Estranho (ACE); manobra de desengasgo; pré-natal; OVACE.

## **CÂNCER DO COLO DO ÚTERO NA MICRORREGIÃO DE PARÁ DE MINAS E FATORES QUE INFLUENCIAM SEU AUMENTO**

IZABELLA MAGALHÃES MELO SANTOS  
izabellammelo15@gmail.com

LETÍCIA SILVA CÉZAR

JULIANA CRISTINA FRALEON DE ALMEIDA  
juliana.almeida@fapam.edu.br

SÍLVIA VALADARES DUARTE  
silvia.duarte@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O câncer do colo do útero (CCU) é um dos tipos mais comuns de câncer ginecológico e está fortemente associado à infecção persistente pelo papilomavírus humano (HPV). Apesar da elevada taxa de realização do exame citopatológico para o controle, as prevalências de diagnóstico em estadiamento avançado da doença ainda são elevadas. Portanto, a necessidade de realizar parâmetros que identifiquem e reconheçam a quantidade de casos existentes de CUU na microrregião de Pará de Minas e os fatores contribuintes para que ocorram.

**PALAVRAS-CHAVE:** câncer; câncer do colo do útero; rastreamento precoce.

## **A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE PRIMEIROS SOCORROS NA GRADE CURRICULAR DA REDE DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

JENIFER MACHADO GONZAGA  
jenifermachado023@gmail.com

CAROLAINÉ CRISTINA LOPES CARNEIRO

WESLEY SOUZA CASTRO  
wesley.castro@fapam.edu.br

MARCELO SOARES FERREIRA

### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância do conhecimento em primeiros socorros pela população leiga, com ênfase na necessidade de sua inserção na grade curricular da educação brasileira. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem quali-quantitativa, realizada em bases científicas como SciELO, BVS e documentos oficiais do Ministério da Saúde, no período de 2015 a 2025. Foram selecionados 42 artigos que abordavam suporte básico de vida, educação em saúde e protocolos de primeiros socorros. Os resultados apontam que emergências como obstrução de vias aéreas por corpo estranho (OVACE), hemorragias e paradas cardiorrespiratórias (PCR) representam importantes causas de morte evitável no Brasil. A literatura evidencia que intervenções imediatas realizadas por leigos capacitados podem triplicar as chances de sobrevivência das vítimas, enquanto o tempo médio de resposta do atendimento móvel de urgência nacional varia de 8 a 15 minutos, sendo superior ao intervalo crítico de 4 a 6 minutos, que leva a vítima ao óbito ou com danos irreversíveis. Apesar da Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas) representar um avanço, ela ainda se mostra insuficiente para garantir a disseminação efetiva do conhecimento. A inclusão da disciplina de primeiros socorros no currículo escolar, com a participação ativa do enfermeiro como educador, configura uma estratégia essencial para a promoção da saúde, redução da mortalidade e fortalecimento da cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** enfermagem; primeiros socorros; educação em saúde; redução de mortalidade.

## **ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE AO PACIENTE COM ÚLCERA VENOSA CRÔNICA EM MEMBROS INFERIORES**

JULIA URSINI FRUTUOSO PINTO

MARCELO HENRIQUE ANSELMO DUARTE

NÁDIA CRISTINA DE PAULA PEREIRA  
cnadia754@gmail.com

WESLEY SOUZA CASTRO  
wesley.castro@fapam.edu.br

DAYANE HELOÍSA DIAS DE BRITO

### **RESUMO**

Este estudo tem como objetivo analisar a assistência de enfermagem frente ao paciente com úlcera venosa crônica em membros inferiores, destacando a importância do cuidado integral e multiprofissional no processo de cicatrização e na melhoria da qualidade de vida. Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa e caráter exploratório, realizado com uma paciente portadora de úlceras venosas bilaterais, acompanhada em ambulatório especializado. A coleta de dados foi realizada por meio de observações diretas, anamnese, exame físico detalhado, registros fotográficos e análise do prontuário, considerando aspectos clínicos, sociais e psicossociais. Os resultados evidenciaram a complexidade do tratamento das úlceras venosas, que exigem cuidados contínuos, uso de coberturas adequadas, terapia compressiva e intervenções educativas voltadas ao autocuidado. As condutas de enfermagem foram norteadas pelas taxonomias NANDA, NIC e NOC, possibilitando a elaboração de um plano assistencial individualizado e efetivo. Observou-se evolução significativa das lesões, com redução do exsudato, aumento do tecido de granulação e melhora do bem-estar físico e emocional da paciente. Conclui-se que a atuação da enfermagem é essencial na prevenção de recidivas, na adesão terapêutica e no suporte biopsicossocial do paciente com úlcera venosa, reforçando a importância da abordagem holística e humanizada no contexto do cuidado.

**PALAVRAS-CHAVE:** assistência de enfermagem; cicatrização; cuidados de enfermagem; estudo de caso; úlcera venosa crônica.

## **DETERMINANTES DA QUALIDADE OVOCITÁRIA: INFLUÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS NA INFERTILIDADE FEMININA**

LAURA SILVA FONSECA  
laura.fonsecas@hotmail.com

BRENDA APARECIDA DE VACONCELOS BASÍLIO

GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DA COSTA  
guilherme.costa@fapam.edu.br

WESLEY SOUZA DE CASTRO  
wesley.castro@fapam.edu.br

### **RESUMO**

A infertilidade feminina representa um importante desafio de saúde reprodutiva, estando frequentemente associada à diminuição da competência ovocitária. Diversos fatores internos, como alterações hormonais, envelhecimento ovariano e predisposições genéticas, e fatores externos, como exposição a agentes ambientais, hábitos de vida inadequados e condições metabólicas, podem comprometer a qualidade dos ovócitos e, conseqüentemente, a fertilidade. Este estudo teve como objetivo realizar um levantamento bibliográfico sobre os principais fatores internos e externos que influenciam a competência ovocitária, destacando seus mecanismos de ação e implicações para o potencial reprodutivo feminino. A compreensão desses fatores é essencial para o desenvolvimento de estratégias preventivas e terapêuticas que visam à preservação da fertilidade e à melhoria dos resultados reprodutivos.

**PALAVRAS-CHAVE:** fertilização; infertilidade; ovócito; qualidade do ovócito.

## **DENGUE E ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM: INTERFACES ENTRE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E CUIDADO ASSISTENCIAL**

LORRAINE CRISTINA DA SILVA SILVERI

JUSELIA ALVES DE SOUZA  
juseliapimenta2010@gmail.com

GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DA COSTA  
guilherme.costa@fapam.edu.br

ELISANGELA MARIA DE BARCELOS

### **RESUMO**

A dengue configura-se como agravo de grande relevância para a saúde pública brasileira, marcada por elevada incidência, recorrência de surtos e forte relação com determinantes sociais, ambientais e organizacionais. Nesse contexto, a enfermagem desponta como categoria fundamental na articulação entre vigilância em saúde e cuidado assistencial, com destaque para a atuação na Atenção Primária à Saúde. O estudo teve como finalidade sintetizar as evidências disponíveis na literatura acerca da atuação da enfermagem nas interfaces entre vigilância em saúde e cuidado assistencial no enfrentamento da dengue no Brasil. Trata-se de revisão integrativa da literatura, conduzida em bases nacionais e internacionais, incluindo leis, diretrizes e produções publicadas entre 2010 e 2025. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, a amostra final constituiu de 36 estudos. Os resultados apontaram que a enfermagem ocupa posição central na vigilância em saúde, especialmente na vigilância epidemiológica, atuando na identificação de casos suspeitos, notificação, busca ativa, análise do território e ações educativas junto à comunidade. No âmbito assistencial, evidenciou-se o protagonismo do enfermeiro na classificação de risco, monitorização clínica, manejo da hidratação, implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem e oferta de cuidado humanizado. A discussão revelou a necessidade de fortalecer a integração entre vigilância em saúde e assistência e de ampliar investimentos em formação, condições de trabalho, gestão e pesquisa em enfermagem. Conclui-se que o fortalecimento da atuação da enfermagem é determinante para qualificar as respostas do sistema de saúde frente à dengue e para consolidar práticas mais resolutivas, integradas e humanizadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** assistência de enfermagem; Atenção Primária à Saúde; dengue; enfermagem; vigilância em saúde

## **GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS DE REPRODUÇÃO**

NAYARA MARIA ALVES TEIXEIRA SANTOS

VALQUÍRIA APARECIDA DA SILVA  
94579216valquiria@gmail.com

GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DA COSTA  
guilherme.costa@fapam.edu.br

JULIANA TORRES SOUZA

### **RESUMO**

A gravidez na adolescência constitui um importante desafio de saúde pública no Brasil, refletindo desigualdades sociais, educacionais e de gênero que influenciam diretamente a autonomia e os direitos reprodutivos das adolescentes. Este trabalho apresenta uma análise epidemiológica e social sobre essa temática, destacando fatores emocionais, culturais e estruturais que contribuem para a vulnerabilidade desse grupo. Inicialmente, discute-se o panorama epidemiológico nacional, evidenciando a persistência de altos índices de gestação entre jovens de 10 a 19 anos, especialmente em contextos marcados por pobreza, baixa escolaridade e acesso limitado aos serviços de saúde. Em seguida, aborda-se o impacto do desenvolvimento emocional próprio da adolescência, fase marcada por intensas transformações físicas, psíquicas e sociais que podem interferir na capacidade de tomada de decisão consciente sobre a sexualidade. A análise inclui ainda os métodos contraceptivos, enfatizando a importância do uso de preservativos, do acesso a métodos de longa duração e do acolhimento integral nos serviços de saúde. Destaca-se o papel da educação sexual como ferramenta de prevenção, aliada a políticas públicas que garantam informação qualificada, acesso a contraceptivos e atendimento humanizado, inclusive nos casos que envolvem o aborto dentro das permissões legais no país. Por fim, o estudo apresenta considerações sobre a promoção da saúde reprodutiva das adolescentes, reforçando a necessidade de ações intersetoriais que envolvam escola, família e serviços de saúde. A conclusão aponta para a urgência de políticas mais eficazes que assegurem autonomia, dignidade e direitos, proporcionando melhores perspectivas para a vida e a saúde das jovens brasileiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** gravidez na adolescência; saúde reprodutiva; direitos reprodutivos; educação sexual; políticas públicas.

# PSICOLOGIA - 2º. SEMESTRE DE 2025

---

## **QUANDO A FALA FERRE: COMPREENSÕES SOBRE O DISCURSO DE ÓDIO E A AUTENTICIDADE DE PESSOAS LGBTQIA+**

ALAN DE MENEZES PIRES LOPES  
alandemenezes@outlook.com

AMANDA D'ASSUMPCÃO O. VILAS BOAS  
amanda.oliveira@fapam.edu.br

ÉSER TÉCIO PACHECO  
eser.pacheco@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este estudo tem como objetivo compreender como o discurso de ódio influencia na autenticidade das pessoas LGBTQIA+. Para tanto, foi adotada uma pesquisa bibliográfica exploratória em base de dados como a CAPES periódicos, Scielo, Google Acadêmico e BVS-psi. Os principais resultados apontam que o discurso de ódio como produto da linguagem atua como uma forma de violência que produz marcas imensuráveis na vida dessas pessoas, como a exclusão, minando a expressão da autenticidade em suas relações. Esses achados contribuem para ampliar a compreensão sobre a influência que o discurso de ódio emprega na autenticidade de pessoas LGBTQIA+, além de fornecer subsídios teóricos e práticos para futuras pesquisas e intervenções na área da Psicologia.

**PALAVRAS-CHAVE:** discurso de ódio; pessoa LGBTQIA+; autenticidade.

## **COMPORTAMENTO SUICIDA E INTERVENÇÃO PSICOTERAPÊUTICA NO SUS: PERSPECTIVAS DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL BREVE**

ANA BEATRIZ ARAÚJO LOBATO  
lobatoanabeatrizz@gmail.com

MARINA SARAIVA DE ALMEIDA  
marina.almeida@fapam.edu.br

GUILHERME FERREIRA CARVALHO  
guilherme.carvalho@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O comportamento suicida é um problema de saúde pública, exigindo que a compreensão desse conceito seja realizada por meio de uma análise que contemple as dimensões biológicas, psicológicas e socioculturais. Este estudo teve como objetivo compreender quais abordagens são realizadas no atendimento dos usuários com comportamento suicida no Sistema Único de Saúde (SUS), assim como apresentar as contribuições da Terapia Cognitivo-Comportamental Breve (TCCB) no tratamento com determinado público. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura de caráter qualitativo em base de dados como Scielo e Google Acadêmico, que integrou dados nacionais e internacionais relacionados ao tema. Os resultados mostraram que o suicídio é considerado uma das principais causas de morte no Brasil e no mundo. A TCCB foi apontada como ferramenta que pode contribuir para prevenção do suicídio nos serviços de saúde pública do Brasil. Diante da gravidade e complexidade do comportamento suicida, é fundamental que os profissionais de saúde estejam familiarizados com estratégias eficazes, como as propostas pela TCCB, a fim de realizar um manejo mais adequado e eficiente no cuidado com os usuários.

**PALAVRAS-CHAVE:** suicídio; comportamento suicida; Terapia Cognitivo-Comportamental Breve; SUS.

**ENTRE O USO EXCESSIVO DE TELAS E A APRENDIZAGEM INFANTIL:  
PERSPECTIVAS COGNITIVO-COMPORTAMENTAIS PARA A INTERVENÇÃO  
PSICOLÓGICA**

ANA LOURDES CAMBRAIA MENDES FERREIRA

JANETE VASCONCELOS DE BARCELOS RAMOS  
analoucmf@gmail.com

GUILHERME FERREIRA CARVALHO  
guilherme.carvalho@fapam.edu.br

**RESUMO**

O surgimento da internet representou um marco nas formas de interação e comunicação em escala global. Nesse cenário, os dispositivos digitais passaram a ser incorporados a diversos ambientes, despertando preocupação dos profissionais da Saúde, da Educação e da Psicologia acerca dos efeitos do uso excessivo no aprendizado infantil. Diante disso, o presente artigo por meio de uma revisão bibliográfica, buscou analisar de que maneira o uso excessivo de dispositivos pode contribuir para a queda no desempenho acadêmico de crianças, identificar seus impactos nos principais domínios do desenvolvimento infantil e destacar as contribuições da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) frente a esse fenômeno. As pesquisas consultadas evidenciam múltiplos efeitos negativos associados ao uso exacerbado de telas. Contudo, observa-se ainda uma escassez de estudos aprofundados sobre os temas abordados, o que reforça a necessidade de novas investigações na área.

**PALAVRAS-CHAVE:** uso excessivo de dispositivos digitais; desempenho acadêmico; contribuições da Terapia Cognitivo-Comportamental.

## **FREUD E LACAN: DO IMPASSE DA PSICONEUROSE NARCÍSICA À ABERTURA DA TRANSFERÊNCIA – APROXIMAÇÕES DO AUTISMO NO CAMPO DA PSICOSE**

BEATRIZ TEIXEIRA CARVALHO  
beatriz.carvalho1807@gmail.com

GABRIELA CAROLINA ALVES ARAÚJO

RICARDO LUIZ ALVES PIMENTA  
ricardo.pimenta@fapam.edu.br

### **RESUMO**

A pesquisa analisou, a partir da articulação entre Freud e Lacan, as ressonâncias do conceito de psiconeurose narcísica para a compreensão do autismo. Este conceito, compreendido como ideia-guia, permitiu reabrir a discussão no campo psicanalítico sobre o autismo. Para isso, investigou o autismo como modo singular de laço com o Outro, marcado por uma relação própria com a linguagem, com o corpo e com o gozo, aproximando-o – em nosso modo de compreender – do campo da psicose. Utilizou-se como recurso metodológico a revisão bibliográfica, com ênfase em textos de Freud sobre narcisismo, libido, pulsão e psiconeuroses narcísicas, e em leituras de Lacan presentes no Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964), no intuito de compreender o deslocamento da libido e da pulsão para o campo do significante, do gozo e da transferência. Buscou-se elucidar como esse percurso teórico incide sobre a direção do tratamento na clínica com sujeitos autistas, em que a transferência não se apresenta nos moldes clássicos da neurose. A pesquisa finaliza apontando que a concepção do autismo como forma singular de laço exige um manejo da transferência em que a função do analista se orienta por uma presença não invasiva, capaz de acolher as invenções do sujeito e os usos singulares dos objetos como vias possíveis de laço e de tratamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** psicanálise; psiconeuroses; autismo; psicose; transferência.

## **QUANDO O TRABALHO PERDE O SENTIDO: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS E POSSIBILIDADES DE CUIDADO**

GEISIANE MÁRCIA MOREIRA  
geisianemoreira@hotmail.com

MARINA SARAIVA DE ALMEIDA  
marina.almeida@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Considera-se que o trabalho ocupa um lugar central na vida das pessoas e que o sofrimento gerado nesse contexto, pode afetar diretamente o sentido que cada um atribui ao que faz. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva, revisando autores e modelos teóricos relevantes da Psicologia Organizacional e da abordagem fenomenológica-existencial-humanista. Este trabalho visa analisar como a ausência de práticas sistemáticas de cuidado em saúde mental nas organizações interfere na subjetividade, na identidade profissional e nas relações sociais dos colaboradores. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura de caráter qualitativo em base de dados como Scielo e Google Acadêmico, que integrou dados nacionais e internacionais relacionados ao tema. A ausência de espaços de escuta e apoio psicológico favorece o presenteísmo (funcionário presente, mas improdutivo), o absenteísmo (faltas por adoecimento) ou resulta no adoecimento emocional. Como consequência, aumentam os erros, os retrabalhos e a perda de foco, comprometendo a qualidade do trabalho e o clima organizacional. O estudo reforça a necessidade de políticas corporativas voltadas ao bem-estar mental e da criação de ambientes mais humanos, nos quais o cuidado também seja prioridade.

**PALAVRAS-CHAVE:** saúde mental; trabalho; sofrimento; sentido no trabalho.

## **INFLUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS NA PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DO AGRESSOR**

GUILHERME ANTONIO DA SILVA PINTO  
guilhe1306@gmail.com

MARCELO GONÇALVES CAMPOS  
marcelo.campos@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este trabalho analisa a violência doméstica contra a mulher no Brasil, com foco na construção psicológica e social do perfil do agressor. A partir de uma revisão bibliográfica, o estudo explora a interseção entre fatores individuais, como história de vida, vivências de abandono, exposição precoce à violência e dificuldades na elaboração simbólica da agressividade, e fatores socioculturais, especialmente a masculinidade hegemônica e a estrutura patriarcal. Utilizando contribuições da psicanálise, da psicologia social e dos estudos de gênero, discute-se como a violência doméstica não é um ato isolado, mas um fenômeno complexo, repetitivo e seletivo, que opera por meio de ciclos de tensão, agressão e reconciliação. Conclui-se que, embora aspectos inconscientes e traumáticos influenciem o comportamento violento, o agressor age com intencionalidade e deve ser responsabilizado. A superação do ciclo exige não apenas medidas punitivas, mas também intervenções psicossociais, espaços de reflexão sobre masculinidade e políticas públicas integradas.

**PALAVRAS-CHAVE:** violência doméstica; agressor; masculinidade hegemônica; psicanálise; ciclo da violência.

## **DO IMPACTO À SUPERAÇÃO: EFEITOS DO DIVÓRCIO NO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DOS FILHOS**

HELLEN MENEZES SOUZA PIRES  
hellenmsp3@gmail.com

MARINA SARAIVA DE ALMEIDA  
marina.almeida@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O divórcio, cada vez mais frequente nas famílias contemporâneas, representa uma transformação significativa na estrutura familiar, especialmente quando envolve filhos em fase de desenvolvimento, como infância e adolescência - períodos marcados pela construção de identidade e dos vínculos afetivos. Nesse contexto, as crianças e adolescentes podem vivenciar perdas, incertezas e impactos emocionais importantes. Essa ruptura pode ocasionar diferentes abalos emocionais, que variam conforme a idade, a qualidade das relações, a intensidade dos conflitos e o suporte recebido. Bowlby (1969) explica que separações ou mudanças instáveis nas figuras parentais produzem um aumento de sentimentos como insegurança, ansiedade, tristeza e raiva, refletidos em comportamentos regressivos, dificuldades escolares e isolamento. Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos do divórcio no desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes, discutindo desafios e estratégias de acolhimento que possam minimizar prejuízos e favorecer processos de adaptação saudável.

**PALAVRAS-CHAVE:** divórcio; estrutura familiar; desenvolvimento emocional; infância; adolescência.

## **A ADOLESCÊNCIA COMO DESAFIO DA PUBERDADE: CONTRIBUIÇÕES PSICANALÍTICAS**

JAMILY VITÓRIA BATISTA DE ALMEIDA  
jajahacademic2021@gmail.com

MARCELO GONÇALVES CAMPOS  
marcelo.campos@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O estudo investiga a adolescência como um período de intensas mudanças psíquicas que acontecem simultaneamente às mudanças biológicas da puberdade. Como metodologia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, examinando as contribuições da psicanálise para compreender esse período marcado pela elaboração dos lutos, pelo rearranjo das relações familiares e pela construção da identidade. A pesquisa apresenta as principais modificações biológicas características da puberdade e discute os impactos dessas mudanças na vida emocional do adolescente. Também se observa um afastamento da infância, a separação simbólica dos pais e a busca por novas referências identificatórias. Além disso, o estudo apresenta características classificadas como normais da adolescência – instabilidades, desequilíbrios e conflitos – entendidos como inerentes ao desenvolvimento. Conclui-se que a adolescência se configura como um desafio, por demandar adaptações, elaborações e reorganizações em suas relações.

**PALAVRAS-CHAVE:** adolescência; puberdade; psicanálise; desenvolvimento; identidade.

## **A AUSÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA A MORTE E SUA RELAÇÃO COM A INTENSIFICAÇÃO DA CULPA E ARREPENDIMENTO NO PROCESSO DE LUTO: UMA PERSPECTIVA EXISTENCIAL**

JANAÍNA LOPES MEDINA  
janainamedina1804@gmail.com

AMANDA D'ASSUMPÇÃO OLIVEIRA VILAS BOAS  
amanda.oliveira@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este trabalho discorre a intrínseca relação entre a ausência de uma educação para a morte e a intensificação do sentimento de culpa e arrependimento no processo de luto, sob uma perspectiva da psicologia existencial. O problema central abordado investiga como a ausência de uma educação para a morte pode potencializar a culpa ou o arrependimento do enlutado. A hipótese levantada sugere que a ausência da educação para a morte contribui para a exacerbação da culpa e do sofrimento no processo de luto. O objetivo geral consiste em compreender a educação para a morte e suas contribuições para o processo de luto. A aplicação da metodologia bibliográfica ocorreu por meio de coleta de obras, artigos científicos e materiais acadêmicos relacionados à educação para a morte, em consonância com Maria Cecília de Souza Minayo, Maria Júlia Kovács, John Bowlby, Viktor Frankl, Elisabeth Kübler-Ross, J. William Worden, Maria Helena Pereira Franco e Karina Kunieda Polido e Philippe Ariès. Os resultados indicam que a sociedade contemporânea vive uma morte interdita e que falar sobre finitude tornou-se um tabu, especialmente em sociedades tradicionais conservadoras. Esta negação cultural da morte intensifica o sentimento de culpa e arrependimento quando as pessoas se deparam com perdas, pois não foram devidamente preparadas para lidar com a finitude. Esse trabalho aponta que a educação para a morte pode funcionar como estratégia preventiva, promovendo a consciência da finitude, a presença qualificada nas relações e a criação de memórias afetivas significativas. Conclui-se que o luto não deve ser superado, mas ressignificado e que, quanto mais se debater sobre a morte, mais se valorizará a vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação para a morte; luto; culpa; arrependimento; psicologia existencial.

## COMUNIDADES TERAPÊUTICAS NO BRASIL: ENTRE O CUIDADO E O CONTROLE

JOÃO TIRADENTES DE SOUSA  
joaotiradentesdesousa@gmail.com

ANA LUÍSA SILVA RIBEIRO  
analuisa.ribeiro@fapam.edu.br

### RESUMO

Este artigo discute o papel das Comunidades Terapêuticas (CTs) no tratamento da dependência química no Brasil. Desde a sua criação, as CTs têm sido objeto de debates quanto à sua eficácia e adequação às necessidades dos pacientes. O trabalho analisa a origem e a evolução das CTs no contexto brasileiro, destacando a influência de movimentos religiosos e a regulamentação governamental. Além disso, examina o modelo de cuidado oferecido por essas instituições e os desafios enfrentados, incluindo a necessidade de uma abordagem mais humanizada e respeitosa aos direitos humanos. As CTs são analisadas à luz de uma racionalidade disciplinar que, sob o discurso do cuidado, atua na normatização dos corpos e das condutas. A Psicanálise é apresentada como uma abordagem terapêutica que pode contribuir para o tratamento dos sujeitos nas CTs, ao oferecer uma escuta qualificada e uma compreensão mais profunda dos processos inconscientes envolvidos na dependência química. O artigo também discute as modalidades de internação e a importância de uma abordagem multiprofissional no cuidado aos pacientes. Por fim, destaca-se a necessidade de uma reflexão crítica sobre as práticas de tratamento e a importância da garantia dos direitos humanos. Trata-se de um método de pesquisa bibliográfica e documental, baseada na análise crítica da literatura sobre comunidades terapêuticas, adequado a investigações que analisam produções teóricas, materiais institucionais e documentos oficiais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidades Terapêuticas (CTs); controle; tratamento; psicanálise; saúde mental.

## **TERAPIA DE ACEITAÇÃO E COMPROMISSO (ACT) E O MODELO HEXAFLEX: CONTRIBUIÇÕES PARA OS CUIDADOS PALIATIVOS EM ONCOLOGIA**

LISANDRA CÁSSIA HORTÊNCIO GOMES  
lisandracassia.18@gmail.com

GABRIELE ARAÚJO QUEIROZ  
gabriele.queiroz@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O artigo aborda como o modelo hexaflex, proposto pela Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) contribui para os cuidados paliativos (CP) de pacientes oncológicos. Perpassa pelos conceitos da terapia cognitivo comportamental (TCC), ACT, cuidados paliativos, o contexto oncológico vinculado aos principais tópicos e a conclusão. Esse estudo se trata de uma revisão de literatura, de essência qualitativa e exploratória, onde a busca e coleta de dados ocorreu em bases eletrônicas como SciELO, Google Acadêmico e Artmed (site oficial). E se justifica pela articulação coerente entre a ACT e o CP, cuja integração mostra-se indicada para a compreensão dos casos de câncer, onde os desconfortos psicossociais são vastos e demandam atenção. Os resultados revelam que a ACT, junto com o modelo hexaflex, se mostra uma abordagem considerada recomendada e promissora para esses casos, já que contribui para a melhora e redução da maioria desses desconfortos, além de colaborar para o bem-estar emocional, a adaptação à doença e o engajamento nos tratamentos dos cuidados paliativos desses pacientes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Terapia de Aceitação e Compromisso; modelo hexaflex; cuidados paliativos; oncologia.

## **O CUIDADO EXISTENCIAL NO CTI Á LUZ DA LOGOTERAPIA DE VIKTOR FRANKL**

MYRELE KAREN OLIVEIRA SILVA  
myreleoliveira62@gmail.com

AMANDA D'ASSUMPÇÃO OLIVEIRA VILA BOAS  
amanda.oliveira@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo compreender o cuidado existencial no contexto do Centro de Terapia Intensiva - CTI atribuído à Logoterapia de Viktor Frankl. Por meio de uma revisão bibliográfica, com análise de estudos publicados entre os anos 2021 e 2025, que abordam o sentido da vida, cuidados e as existências, foram selecionados elementos para construção desse cuidado, como a finitude, a escuta ativa, a presença e a autenticidade. Os resultados desta pesquisa evidenciaram que o cuidado existencial, embora se apresente como importante para os pacientes no cotidiano, é aplicado de maneira intuitiva e pouco estruturado, uma vez que depende da sensibilidade individual do profissional e da equipe. A logoterapia de Viktor Frankl mostrou-se uma abordagem eficaz para ampliar esse cuidado por ela possibilitar a ressignificação do sofrimento e fortalecer a atitude do paciente diante da finitude. Este trabalho apresenta um olhar de totalidade para os pacientes no CTI, considerando a completude que cerca as necessidades humanas. Além disso, apresenta os desafios para inclusão dos cuidados existências no ambiente de hospitalização.

**PALAVRAS-CHAVE:** sentido da vida, logoterapia, espiritualidade, terminalidade, cuidado existencial

## **MEDICALIZAÇÃO DO MAL-ESTAR: REFLEXÕES PSICANALÍTICAS SOBRE A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

PAMELLA STEFANY DA SILVEIRA  
pam.silveira1503@gmail.com

MARCELO GONÇALVES CAMPOS  
marcelo.campos@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente trabalho analisa o processo de medicalização da sociedade contemporânea, compreendido como uma estratégia que transforma questões existenciais, sociais e culturais em problemas de ordem médica. A partir da articulação entre a teoria freudiana sobre o mal-estar na civilização e reflexões críticas acerca da cultura de consumo, discute-se como a busca incessante pelo prazer e pela eliminação do desprazer conduz à utilização de saídas paliativas, entre as quais se destaca o uso de fármacos. Nesse contexto, o indivíduo, aparentemente livre e autônomo, revela-se condicionado por normas sociais que impõem padrões de felicidade, bem-estar e produtividade. A indústria farmacêutica, aliada a discursos médicos e midiáticos, legitima e reforça tais padrões, naturalizando o recurso à medicalização como forma de regulação da vida. O estudo evidencia, portanto, que o fenômeno ultrapassa a dimensão clínica e deve ser compreendido em suas implicações éticas, sociais e políticas, uma vez que afeta diretamente a construção da subjetividade e o exercício da autonomia. Ele reafirma a importância da escuta e da elaboração simbólica do sofrimento como vias de autoconhecimento e emancipação subjetiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** medicalização; mal-estar; sociedade contemporânea.

## **O PAPEL DA PSICOLOGIA NA EFETIVAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS**

PAULA ROZIANE DOS REIS  
paulareis070@gmail.com

AMANDA D' ASSUMPÇÃO OLIVEIRA VILAS BOAS  
amanda.oliveira@fapam.edu.br

GUILHERME FERREIRA CARVALHO  
guilherme.carvalho@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O Objetivo geral desta pesquisa é evidenciar qual o papel da psicologia na efetivação da socioeducação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, tendo como principal referencial teórico obra Terapia Cognitiva Comportamental: Teoria e Prática, da psicóloga e escritora Judith Beck. A metodologia usada nessa pesquisa foi a pesquisa exploratória triada.

**PALAVRAS-CHAVE:** psicologia; medidas socioeducativas; adolescentes; reincidência; Teoria Cognitivo-Comportamental.

## **ENTRE SÉCULOS E TELAS: UM OLHAR SOBRE A INFÂNCIA NA PERSPECTIVA DIGITAL**

**RODRIGO DA SILVA MARINHO**  
rodrigomarinhofc@gmail.com

**ANA LUÍSA RIBEIRO**  
analuisa.ribeiro@fapam.edu

### **RESUMO**

Este artigo apresenta uma análise do conceito de infância ao longo de diferentes períodos históricos, descrevendo o contexto sociocultural em diferentes épocas e o tratamento dispensado às crianças pela sociedade e pelas famílias. Discute-se a invisibilidade da criança entre os séculos XII e XIX, quando era percebida como um ser indiferenciado ou como um “adulto em miniatura”. No século XXI, observa-se uma mudança significativa no olhar social, marcada pela valorização da infância e pela consolidação de direitos e garantias, especialmente a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece responsabilidades para familiares, Estado e sociedade. O estudo também aborda a modernidade líquida e suas implicações na dinâmica social contemporânea, destacando a rápida evolução tecnológica e a ampliação do acesso das crianças às telas digitais. A reflexão proposta, a partir de uma pesquisa bibliográfica, discute tanto os potenciais benefícios quanto os riscos do uso de dispositivos eletrônicos na infância, enfatizando a necessidade de estabelecer formas de mediação e controle fundamentadas em orientação e equilíbrio, e não em mera proibição.

**PALAVRAS-CHAVE:** infância; modernidade líquida; telas.

## **ESPECIFICIDADES DA PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL NO ATENDIMENTO À MULHER LÉSBICA**

ROSEANE MÁRCIA SILVEIRA  
roseanesilveirarms@gmail.com

AMANDA D'ASSUMPÇÃO OLIVEIRA VILAS BOAS  
amanda.oliveira@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente artigo visa apresentar, por meio de pesquisas bibliográficas, considerações para a melhor compreensão da psicoterapia, especificamente, na prática clínica direcionada à mulher lésbica. O objetivo da pesquisa é compreender qual é o papel da psicoterapia sob a abordagem Fenomenológica-Existencial (FE), nas particularidades e especificidades que se manifestam no atendimento à mulher lésbica, considerando as barreiras e vulnerabilidades impostas pela heteronormatividade e as limitações do próprio psicólogo, segundo a literatura psicológica brasileira para mulheres lésbicas. Essas barreiras incluem suas próprias limitações: as crenças limitantes e heteronormatividades internalizadas pelo próprio terapeuta. Tais obstáculos esbarram na invisibilidade e vulnerabilidade inerentes à experiência da pessoa LGBTQIA+, as quais, por vezes, arriscam ser ignoradas na psicoterapia.

**PALAVRAS-CHAVE:** psicoterapia; mulheres lésbicas; atendimento psicológico; psicologia existencial.

## **REINSERÇÃO SOCIAL PELO TRABALHO: O PAPEL DAS EMPRESAS NA INCLUSÃO DE DETENTOS E EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL**

THAÍS DE MELO GARCIA  
thais18081999@gmail.com

MARINA SARAIVA DE ALMEIDA  
marina.almeida@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo analisar o papel das empresas na inclusão de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional no mercado de trabalho, evidenciando a relevância dessa prática para a reinserção social. Neste, busca-se compreender de que modo o trabalho atua como instrumento de transformação subjetiva e social, favorecendo a redução de estigmas, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a prevenção da reincidência criminal. A partir da revisão teórica, pode-se observar que a inserção laboral contribui para o desenvolvimento de autonomia, dignidade e senso de pertencimento, elementos essenciais para reconstrução de projetos de vida após o cumprimento da pena. Identifica-se, também, que as empresas que adotam políticas e práticas inclusivas se tornam agentes estratégicos de mudança social, ampliando oportunidades e contribuindo para a promoção da justiça social. Esta pesquisa busca evidenciar que políticas públicas, programas institucionais e incentivos legais exercem papel estruturante na ampliação das possibilidades de trabalho, na redução de desigualdades e no fortalecimento das ações voltadas à reintegração. Conclui-se que a inclusão profissional de egressos depende da articulação entre Estado, setor privado e comunidade, sendo determinante para o exercício pleno da cidadania e para a construção de trajetórias mais estáveis, seguras e sustentáveis após o encarceramento.

**PALAVRAS-CHAVE:** reinserção social; trabalho; sistema prisional; empresas; psicologia social.

## **A INFLUÊNCIA DAS CRENÇAS DE AUTOEFICÁCIA NA MOTIVAÇÃO DO ALUNO: UMA ABORDAGEM PARA PSICOLOGIA ESCOLAR**

THAÍS VILELA DE CAMARGOS  
vilelathais@hotmail.com

GUILHERME FERREIRA CARVALHO  
guilherme.carvalho@fapam.edu.br

### **RESUMO**

A motivação influencia diretamente o desempenho escolar dos alunos, sendo um fator fundamental no processo de aprendizagem. Entre as abordagens cognitivas da motivação, encontra-se a Teoria da Autoeficácia que compreende a motivação como resultado das crenças do indivíduo sobre suas capacidades de realizar determinadas tarefas. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo compreender qual o papel do psicólogo escolar na promoção da motivação dos alunos do ensino fundamental e médio, considerando as contribuições dessa teoria. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, com foco em estudos nacionais sobre motivação, autoeficácia e psicologia escolar. Os resultados encontrados indicam que Teoria de Autoeficácia apresenta evidências consistentes de aplicabilidade no ambiente escolar, podendo subsidiar a atuação e as intervenções do psicólogo escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** motivação; autoeficácia; psicologia escolar; atuação do psicólogo.

## **LIBERDADE E RESPONSABILIDADE NA ESQUIZOFRENIA: UMA PERSPECTIVA EXISTENCIAL**

VIVIANE NORONHA FERNANDES  
vivianefernandes1610@gmail.com

ÉSER TÉCIO PACHECO  
eser.pacheco@fapam.edu.br

### **RESUMO**

A liberdade e a responsabilidade são condições inerentes ao ser humano, como aponta a Psicologia Existencial, especialmente a partir de autores como Sartre. No entanto, no campo do adoecimento psíquico, especialmente na esquizofrenia, essa discussão se torna ainda mais complexa. Nesse sentido, buscou-se compreender de que forma a Psicologia Existencial contribui para o entendimento da liberdade e da responsabilidade em indivíduos com esquizofrenia. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica com análise de estudos que abordam liberdade, responsabilidade, esquizofrenia e movimentos antimanicomiais, buscando explorar as relações entre esses elementos. A revisão indica que a Psicologia Existencial compreende a esquizofrenia para além de seu aspecto biológico, entendendo-a como um modo de existir no mundo marcado por rupturas na experiência e na relação com o outro. Trata-se, portanto, de uma forma possível e singular que o indivíduo encontra para se organizar e tentar exercer sua liberdade, influenciado por seu contexto social e familiar, e atravessado por limitações impostas pelo meio em que vive. Nesse cenário, surgem movimentos críticos ao modelo manicomial, como a Antipsiquiatria e a Reforma Psiquiátrica, que defendem uma visão mais ampla do sofrimento psíquico e buscam promover práticas de cuidado em liberdade.

**PALAVRAS-CHAVE:** psicologia existencial; esquizofrenia; liberdade e responsabilidade; fenomenologia; antipsiquiatria.